

**Ata da sessão extraordinária realizada
dia 31 de janeiro de 2026**

Aos **trinta e um** dias do mês de janeiro, do ano dois mil e vinte e seis, pelas **vinte e uma horas e dez minutos**, reuniu-se a Assembleia Municipal de Almodôvar, em **sessão extraordinária**, no auditório do Fórum Cultural, sito no Convento de Nossa Senhora da Conceição, sob a presidência de **Andreia Calvário Graça Guerreiro**, secretariado por, **Marta Isabel Moreira Barôa David Tomé**, como 1ª secretária e **Filipe Augusto Valente Oliveira**, como 2.º secretário, dando cumprimento ao preceituado na alínea a), n.º1 do artigo 28.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, na sua redação atual. -----

Encontravam-se presentes na sessão os deputados: -----

Eleitos pelo PSD: Tiago Casimiro Tavares, Bernardo Pereira Delgado, Guilherme Alexandre Viegas Barôa, Maria de Fátima dos Santos Dias Santana e Inês Alexandra Brás Reis Barradas.-----

Eleitos pelo PS: Francisco Manuel Valadas Abreu, Filipa Alexandra da Costa Ramos, Rui Manuel Gaspar Cortes Guerreiro, Maria Cristina Martins Brás Germano, Miguel André Pires Vilhena Colaço e Helena Isabel Teixeira Barão.-----

Presidentes de Junta de Freguesia: o Presidente da Junta de Freguesia de Almodôvar, Diogo Francisco Moreira Baroa Custódio da Lança (PSD), o Presidente da Junta de Freguesia de Santa Cruz, Abílio Manuel Rodrigues (PSD), a Secretária da Junta de Freguesia de Gomes Aires, Silvina Mestre (PSD), o Presidente da Junta de Freguesia da Aldeia dos Fernandes, Nelson Paulo Mestre Guerreiro (PS), o Presidente de Junta de Freguesia de São Barnabé, António Manuel Silva Amaro (PS), o Presidente da Junta de Freguesia do Rosário, Vítor José Costa Nogueira (PS), o Presidente da Junta de Freguesia de Santa Clara-a-Nova, Orlando Manuel Figueira Rodrigues (PS) e o Presidente da Junta de Freguesia da Senhora da Graça dos Padrões, Gabriel Tomás Guerreiro (UPF). -----

Nos termos dos n.ºs 1 e 3 do artigo 48.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação, estiveram presentes nesta sessão para além do **Presidente da Câmara** José Tadeu Sebastião Figueira de Freitas (PSD), o **Senhor Vice-Presidente**, José Romba Guerreiro (PSD) e os **Senhores Vereadores**, Susana Margarida Martins Camões (PSD), Ana Manuela de Jesus Guerreiro Carmo (PS) e Fábio José da Palma Eugénio (PS). -----

AUSÊNCIAS, SUSPENSÕES E RESPETIVO PREENCHIMENTO DE VAGAS: -----

A **Presidente da Assembleia** fez saber que se registaram **quatro pedidos** de ausência para esta sessão. -----

Proseguindo, informou que na sequência dos pedidos de ausência formulados pelos deputados Municipais, Ruben Tiago Ribeiro Maia (PS), Maria Fernanda Belchior Caetano Guerreiro (PS), Ana Isabel Teixeira Guerreiro (PSD) e o Presidente da Junta de Freguesia de Gomes Aires, Fábio Miguel Batista (PSD), quem aceitou substituir os deputados municipais, durante esta sessão, foram os deputados suplentes posicionados em primeiro e segundo lugar nas listas do Partido Socialista e Partido Social Democrata Miguel André Pires Teixeira Vilhena Colaço (PS), Helena Isabel Teixeira Barão (PS), Inês Alexandra Brás Reis Barradas (PSD) e a Secretária da Junta de Freguesia de Gomes Aires, Silvina Mestre (PSD), respetivamente. -----

Mais informou que **as substituições** se fizeram ao abrigo do n.º 1 do artigo 18.º do Regimento. -----

A Mesa justificou as respetivas faltas. -----

TOMADA DE POSSE DO MEMBRO EM FALTA:-----

A **Presidente da Assembleia Municipal** referiu que, como é do conhecimento da Assembleia, o Senhor Deputado Tiago Miguel Martins Encarnação, não tomou posse no dia 31 de outubro de 2025, tendo enviado antecipadamente documento justificando a sua ausência por motivos profissionais.-----

Prosseguindo, a **Presidente da Assembleia Municipal**, na sequência da justificação da falta à tomada de posse do senhor Tiago Encarnação, no pretérito dia 31 de outubro de 2025, por motivos profissionais, e cumprindo o preceituado no número três do artigo quadragésimo quarto da Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de setembro, na sua atual redação, verificou a identidade e legitimidade do cidadão e depois do mesmo ter expressamente aceite o cargo, a Assembleia reconheceu a ausência de impedimento para o exercício das respetivas funções de Membros da Assembleia Municipal de Almodôvar, pelo que tomou o seu lugar na Assembleia -----

Prosseguindo, a **Presidente da Assembleia Municipal** deu as boas-vindas ao deputado Tiago Encarnação e desejou-lhe um excelente trabalho.” -----

As deliberações que se seguem passam então a contar com a apreciação, participação e deliberação do Senhor deputado Tiago Encarnação. -----

A Assembleia tomou conhecimento e nada objetou. -----

A ata respeitante à tomada de posse do membro suprarreferido dá-se aqui como totalmente reproduzida e fica arquivadas em pasta anexa ao presente livro de atas. -----

Da presente sessão constou a seguinte **ORDEM DO DIA:** -----

A - PERÍODO PARA INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO AO PÚBLICO, nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 1 do art.º 49.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, conjugado com o artigo 39.º do Regimento;-----

A.1 - Intervenção dos Municípes;-----

A.2 - Esclarecimentos.-----

B - PERÍODO DA ORDEM DO DIA:-----

B.1 - Apreciação e deliberação sobre as Grandes Opções do Plano e Orçamento para vigorar no ano de 2026;-----

B.2 - Apreciação e deliberação sobre a Proposta de Mapa de Pessoal de 2026 e respetivos anexos; -----

B.3 - Apreciação e deliberação sobre a Proposta de Plano de Formação Profissional para o ano de 2026; -----

B.4 - Conhecimento sobre a Atualização das Taxas e Outras Receitas Municipais constantes na Tabela anexa ao Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas e Outras Receitas Municipais, para vigorar no ano económico de 2026;-----

B.5 - Conhecimento do Relatório Semestral do Revisor Oficial de Contas sobre a informação económica e financeira do Município - 1.º semestre de 2025;-----

B.6 - Conhecimento sobre o teor das Declarações, infra discriminadas, emitidas nos termos do disposto na alínea b) do n.º 1 do art.º 15 da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, alterado pela Lei n.º 22/2015, de 17 de março, -----

- Compromissos Plurianuais a 31.12.2025; -----

- Pagamentos em atraso a 31.12.2025; -----

- Recebimentos em atraso a 31.12.2025;-----

B.7 - Aprovação da ata em minuta. -----

NOS TERMOS DO REGIMENTO, A PRESENTE SESSÃO FOI TRANSMITIDA ONLINE ATRAVÉS DAS

PLATAFORMAS DIGITAIS DO MUNICÍPIO E TOMADAS TODAS AS MEDIDAS LEGAIS EM TERMOS DE RYPD.

A **Presidente da Assembleia** abriu a sessão solicitando aos presentes “antes de iniciarmos os trabalhos, antes de qualquer intervenção, queria pedir que nos levantássemos, todos os presentes, durante um minuto de forma a homenagear as vítimas da tragédia que assolou Portugal e, neste minuto de silêncio, também vos peço para que prestemos também homenagem a todas as pessoas que estão no terreno a ajudar as populações afetadas, aos Bombeiros, as Forças de Segurança, aos Profissionais de Saúde, aos Voluntários e a todos os vizinhos que no fundo se tornam família numa altura destas.

A todos peço um pensamento e uma oração e que este momento nos una na compaixão pelo que se passa no nosso país.

FEZ-SE UM MINUTO DE SILÊNCIO

A **Presidente da Assembleia** agradeceu a todos.

Prosseguindo, disse: “Queria, antes de iniciarmos os trabalhos desta Assembleia Municipal extraordinária, que está a acontecer num sábado, precisamente 10 dias após a aprovação das Grandes Opções do Plano (GOP) e do Orçamento em reunião de Câmara, começar por explicar que esta decisão fundamenta-se na necessidade de conjugar o rigoroso calendário orçamental pós-eleitoral com os prazos de instrução garantidos aos Deputados Municipais:

Ou seja, nos termos do Artigo 35.º, n.º 8 do Regimento da Assembleia Municipal de Almodôvar, os documentos relativos às opções do plano e orçamento têm de ser enviados aos Deputados Municipais com uma antecedência mínima de dez (10) dias de calendário em relação à data da sessão. Uma vez que a Câmara aprovou os documentos há precisamente 10 dias (no dia 21 de janeiro), este sábado é o primeiro dia em que a Assembleia pode legalmente reunir respeitando o direito dos eleitos ao estudo prévio das propostas.

Depois, temos a questão do Calendário Orçamental Excepcional (Lei n.º 73/2013) em que, conforme decorre do quadro legal vigente e da necessidade de cumprimento dos prazos financeiros, importa notar que:

- Nos termos do Artigo 45.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (Regime Financeiro das Autarquias Locais), a regra geral de apresentação do orçamento até 30 de novembro é alterada quando ocorrem eleições entre 30 de julho e 15 de dezembro, sendo que foi o que aconteceu no passado ano de 2025.

- Nestas situações, a proposta deve ser apresentada no prazo de três meses a contar da data da respetiva tomada de posse.

- Atendendo a que a tomada de posse do órgão executivo municipal ocorreu em 31 de outubro de 2025, a proposta de orçamento para o ano económico seguinte deve ser apresentada ao órgão deliberativo até 31 de janeiro de 2026.

Por fim, e depois do que aqui já expliquei, compreendo o constrangimento dos deputados por ocuparem um dia de descanso na presença nesta sessão, mas friso que foi utilizada a figura de Urgência e Funcionamento ao Sábado, pese embora o Regimento determine que as sessões devam ocorrer preferencialmente em dias úteis (com foco na sexta-feira à noite), a marcação da sessão para este sábado permite que a autarquia avance com o seu planeamento estratégico de forma legal e sem mais demoras, garantindo a eficácia na gestão dos recursos municipais logo no início do mandato.

A realização da sessão no limite do prazo após o envio dos documentos assegura o prestígio e a eficácia do trabalho dos deputados, permitindo uma fiscalização política séria e atempada das intenções do executivo.

Caros colegas Deputados Municipais,

Sei o quanto custa interromper um dia de descanso para estar aqui connosco. Por isso, quero agradecer a vossa presença nesta sessão extraordinária.

Este gesto - escolher estar aqui, mesmo num sábado. Não é apenas dever de função; é cuidado verdadeiro pelos munícipes que representamos. -----

É assim que se constroem políticas que funcionam e se fortalece a democracia no nosso concelho: com dedicação, presença e sentido de missão. -----

Muito obrigada ...vamos então dar início aos trabalhos.” -----

A - PERÍODO PARA INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO AO PÚBLICO: -----

Nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 1 do art.º 49.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, conjugado com o artigo 39.º do Regimento; a Assembleia fixou um período para intervenção do público, **que não foi utilizado**. -----

B - PERÍODO DA ORDEM DO DIA: -----

B.1 - APRECIÇÃO E DELIBERAÇÃO SOBRE AS GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO PARA VIGORAR NO ANO DE 2026: -----

A **Presidente da Assembleia** introduziu a epígrafe e disse “considerando que nós também temos que ter uma atitude pedagógica nesta Assembleia Municipal, vou passar a fazer uma pequena introdução para que quem nos está a ver aqui presencialmente e quem nos está a ver em casa, possa compreender aquilo que está a ser analisado aqui na Assembleia. -----

Continuando, explicou o seguinte: -----

“As Grandes Opções do Plano e Orçamento, são documentos que definem estratégias objetivos e prioridades nos investimentos da Câmara Municipal. -----

O Orçamento é o plano financeiro que dá suporte às Grandes Opções do Plano prevendo todas as receitas, como os impostos municipais, transferências do Estado e as despesas necessárias para o funcionamento dos serviços e para a execução das obras planeadas. Nele também estão inscritas as dotações necessárias para a própria atividade da Assembleia Municipal. -----

A aprovação deste documento é um dos atos de fiscalização mais cruciais da Assembleia Municipal. -----

Resumindo, quando ouvimos falar das Grandes Opções do Plano e Orçamento estamos a falar de um documento que dita aquilo que vai ser feito no nosso concelho, quanto dinheiro vai ser investido para melhorar a vida da comunidade durante o próximo ano. -----

Fazendo esta pequena introdução e explicação, perguntava ao Senhor Presidente, por favor, se tem algum esclarecimento inicial que pretenda prestar.” -----

O **Presidente da Câmara** começou por fazer os cumprimentos institucionais dando ênfase ao “público que nos está a ouvir através de streaming pela rede do Facebook o que é também muito importante para nós porque acabamos por ter uma dimensão muito maior e explicar efetivamente o que é que este executivo pretende fazer para o ano de 2026. -----

Queria antes de mais pedir à Senhora Presidente se podia fazer uma apresentação porque penso que é importante para os Munícipes, os Senhores Deputados e Vereadores perceberem talvez um pouco daquilo que será o peso da importância que este executivo traz na execução deste documento, que é um documento importantíssimo para a nossa execução. Mas o que é que pesou e muito nas decisões? Nas várias decisões das Grandes Opções do Plano aqui apresentadas. Se for possível faria aqui uma apresentação que tem a ver um pouco com o estado do edificado do município no sentido também de percebermos o que que temos aqui em causa”. -----

Após ter sido autorizado pela Senhora Presidente da Assembleia, referiu: -----

“Eu queria antes de mais explicar que há pouco mais de 90 dias que nós tomamos posse, efetivamente, muito pouca coisa nos pode acontecer mais. Apanhámos uma

tragédia em novembro, agora apanhamos uma segunda tragédia, nesta altura temos conseguido, e um agradecimento aqui claro àquilo que são os funcionários municipais, os bombeiros, a GNR e todos os que têm ocorrido, inclusivamente às pessoas privadas, às Juntas de Freguesia, que têm sido fundamentais também na identificação, na caracterização e na solução de respostas. Temos dado resposta imediata a todas as situações que têm ocorrido. Dizer ainda que nesse aspeto temos alguma dificuldade neste momento, quase uma impossibilidade total de repor a normalidade das vias de comunicação quer nas rurais quer nas outras vias, portanto as chamadas de alcatrão, porque não deixa de chover e nós não conseguimos mesmo fazer. Estamos a fazer o máximo possível naquilo que são os buracos maiores, aqueles que têm alguma dimensão. O Senhor Vice-Presidente tem tido um trabalho fundamental nessa matéria em conjunto com a parte Técnica da Câmara e com os operários da Câmara mas não tem sido muito fácil conseguirmos. -----

Dizer-vos ainda que nesse aspeto em termos de informações, antes de começar a apresentação, que estamos a acompanhar os nossos colegas dos Municípios de Leiria, Batalha, Ourém e outros Municípios ali à volta, todas aquelas zonas ali à volta. Disponibilizámos já uma viatura de transporte para levar os bens que a comunidade civil possa vir a juntar, temos um grupo de voluntárias em Almodôvar que está a fazer uma recolha, temos inclusivamente sido procurados por voluntários do Algarve para utilizar o mesmo transporte, e os bens sejam transportados para o local. Disponibilizámos ainda, a questão está a aguardar resposta para amanhã e, segunda-feira, projetámos para o local 2 equipas de corte de árvores se ainda houver necessidade de fazer isso, entendemos que em Leiria já não há necessidade, estamos à espera dos outros concelhos. -----

Relativamente à apresentação, eu gostava que todos tivéssemos em atenção a forma como se encontra o edificado do município, aquilo que são os espaços públicos do próprio município, e o que é que isso pode acarretar neste ano e nos anos seguintes em custos. -----

Nas escolas do 1.º ciclo, tem chovido em quase todas as escolas do 1.º ciclo, inclusivamente naquelas onde têm sido feitas intervenções, como é o caso de Santa Clara, temos tido algumas dificuldades na obra da EB, os contentores que lá estão colocados, temos contactado a empresa no sentido de solucionar esta situação e está em curso. -----

Explicar também que esta obra aumentou cerca de 14%. Em três meses estava com 14% estamos com 28%, a obra estava muito atrasada em relação àquilo que é o início da obra, estava previsto que a obra terminasse em fevereiro, mas já se prevê em junho, há um conjunto de erros e omissões no próprio projetos, as partes desportivas das escolas, o que se passa no chão da própria escola. -----

Aquilo que se passa na escola Dr. João de Brito Camacho, que embora saibamos que tem de ser submetida a obras, a mesma não teve a manutenção no sentido de prever que não chegasse a este estado, as obras ou outra solução que passamos depois, já explico nas Grandes Opções do Plano, chove praticamente em todos os espaços, temos agora aqui esta novidade no palco, estamos agora aqui com alguma dificuldade em perceber se aquelas placas vão ter de ser retiradas para não caírem e criar alguns danos. -----

O próprio Museu Arqueológico Manuel Vicente, caiu parte do pladur do teto que tinha o edifício, tudo bem, choveu muito, mas tínhamos os algerozes completamente sujos, completamente entupidos e a manutenção não estava a ser feita o que provocou todos estes danos. -----

Dizer-vos também que na Residência de Estudantes cedida neste momento ao Clube Desportivo, estas são as fotografias que nós tiramos, após uma revista que fizemos à Residência de Estudantes. O que nos preocupa, há aqui alguns elementos que não estão

propriamente da melhor maneira e estamos a tomar as devidas precauções para que esta situação se corrija. -----

Entender o que se passa efetivamente com a ASA, porquê é que não se paga na ASA, porque não é possível com o equipamento instalado na ASA pelo executivo do Partido Socialista. O equipamento era o que estava previsto para o Parque de Caravanas, equipamento esse que não está previsto estar à chuva, acontece é que foi colocado num sitio onde chove e o que estamos a fazer neste momento é tentar arranjar uma estrutura para tapar aquela parte da chuva e aí sim poder ser colocado e a ASA funcionar nas condições normais. -----

Dizer-vos também que o Estaleiro Municipal, quando cá chegamos era um parque de sucata onde estão 9 viaturas para abate, onde se encontra esta forma de estar com equipamentos novos que são de um jardim, ao que sei propriedade da Junta de Freguesia de Almodôvar e, estavam dentro de um contentor, em conjunto com outro material parecendo coisas já usadas mas são novas, nunca foram instaladas nem nunca foram utilizadas. -----

Tivemos também no Centro Náutico da Barragem, quem quiser vai lá ver, temos um telhado praticamente a cair, eu sei que isto foi protocolado com a Casa do Benfica, sei que a Casa do Benfica também tentou um programa de apoio para a sua recuperação e penso que a Casa do Benfica não teve esse apoio e não tem sido feita essa manutenção.--

Existe um património arqueológico na Caiada que está completamente abandonado, está tapado com umas paletes e umas pedras, é um património com muitos anos, não sou de história não sou dessa área, mas ele existe e está identificado como tal. -----

Tínhamos o ramal de eletricidade da cova da burra, que não passa eletricidade para a bomba de água do jardim da cova da burra, tem de ser feito um ramal novo. -----

Dentro do próprio gabinete do Presidente da Câmara, onde eu fico doente cada vez que lá entro, só melhora ao fim de semana quando não estou lá, porque o cheiro que vem do teto está a provocar danos há minha própria saúde, no entanto tenho ido trabalhar que é a minha obrigação. -----

A Câmara está neste estado, chove, há baldes espalhados por todo o lado, temos os tetos todos a ficarem amarelos, temos o próprio telhado onde houve uma tentativa anterior de juntarem telhas em que umas não coincidiam com as outras e acabamos por ter isto no telhado portanto, o telhado da Câmara era este que aqui temos, já não está assim, foi efetivamente já adjudicado a uma empresa, a limpeza do próprio telhado mas são muitos anos que estão aqui sem qualquer tipo de manutenção e tivemos que tirar as placas para poder fazer este tipo de trabalho. -----

A escola de Santa Clara foi submetida a obras, que é uma obra que está parada há algum tempo, desde agosto que está parada, mas na parte do edificado tinha sido submetido a obras e tinha lá um lago porque chove lá dentro. -----

Isto são tudo fotografias enviadas por funcionários, por colaboradores, o próprio Mercado Municipal tem aqui alguma questão, temos a ponte do rio Mira com situações graves de segurança, tendo em atenção um “escorrimento de terra” porque estavam entupidos os locais onde teria de sair a água e então a água saía antes da ponte e colocava estes danos neste e noutros caminhos, entre outras situações. -----

Este é um caminho rural que nos vimos obrigados a fazer uma intervenção de emergência porque a família não chegava a casa em Gomes Aires. Este caminho rural é, só para perceberem que a corrida das niveladoras quando se faz essa corrida de niveladoras passam pelos pontões tapando os pontões, a própria estrada fica cheia de água e as pessoas deixam de ter acesso às suas próprias habitações. -----

O Museu Severo Portela foi submetido há relativamente pouco tempo a uma intervenção e já lá chove dentro, inclusivamente na Biblioteca Municipal temos um conjunto de danos que temos vindo a tentar resolver com o nosso pessoal que tem sido incansável, a fazer estas manutenções organizadas, mas que se encontra nesta situação com diversos problemas e deteriorações antigas e estou com grandes dificuldades. -----

Aqui o próprio Fórum Cultural, por acaso agora já não chove aqui há algum tempo, senão iam ver os baldinhos espalhados aqui à volta, estão ainda aí, acho que os baldinhos ainda aí estão espalhados e é o ponto em que nos encontramos.-----

O próprio Gimnodesportivo Municipal que foi também submetido a alguma intervenção chove lá dentro na mesma, temos um conjunto de problemas, água lá dentro, grandes humidades e janelas partidas.-----

A questão do Estádio Municipal Filipe Venâncio que no fundo tem tido algum apoio do futebol e temos mantido aquilo quase como o desporto mais importante de Almodôvar, encontra-se também neste estado, as casas de banho dos nossos visitantes e dos nossos atletas estão neste estado, aquilo que me dizem e já tinham dito há algum tempo, quando estão a funcionar 2 chuveiros, o ralo não deixa ir a água e só deixam estar um chuveiro que é para não haver problemas de lagoas dentro das casas de banho.

As Piscinas Municipais também estão espalhadas por baldes sempre que há chuva, com casas de banho avariadas, temos aqui uma trave de madeira que é recente já está podre por entrar lá água dentro, o exterior vê-se como está, as intervenções não cumprem a parte arquitetónica, foi rebocar por cima dos azulejos, isto não cumpre o definido pela parte arquitetónica.-----

É um pouco isto, que nos levou a chegar, neste momento, a 90 dias e não termos descanso, no entanto estamos cá para fazer, estamos cá para apoiar, estamos cá para melhorar todas estas situações. -----

O Orçamento e as Grandes Opções do Plano que vamos agora aprovar, ou não, será da vossa questão, não terá grandes obras, inclusivamente a obra da escola secundária quando foi assinado o contrato, e tenho aqui emails se alguém quiser saber, foram trocados entre a parte financeira da autarquia e o executivo em que solicitava ao Senhor Presidente de Câmara que não assinássemos aquele contrato. -----

Quando o contrato de recuperação da escola secundária foi assinado já tinha sido recusado o apoio do PRR portanto, a Câmara já sabia que não ia ter financiamento para a recuperação da escola, isso era claro. Foi solicitado ao Senhor Presidente da Câmara pelo serviço técnico, tenho aqui o email como prova, que não assinasse os 3 contratos que assinou quase no final do mandato, num quase desespero de assinatura de contratos, e o executivo decidiu assiná-lo, decidiu que eles ficassem e neste momento o contrato da escola secundária algemou o orçamento de 2026 conforme, inclusivamente, quem trata do orçamento, a Técnica que trata do orçamento, informou o executivo da altura, são cerca de 7 milhões de euros que não têm financiamento e que algemaram um pouco aquilo que nós queríamos fazer de grande monta. O que pretendemos fazer com este orçamento, explicar-vos também que este executivo entendeu que a organização da Câmara Municipal como estava, com o número de Divisões e Unidades Orgânicas que estava definida, não cumpria o normal funcionamento de um grupo de pessoas que já ultrapassa as 3 centenas, portanto, nós vamos fazer uma alteração, o que vai obrigar a que haja um orçamento retificativo, essa alteração não foi possível em período para chegarmos aqui e já estar pronto, têm um conjunto de prazos que têm de ser cumpridos de audição aos trabalhadores, de audição pública, depois aprovado em Câmara Municipal, que irá agora na próxima reunião de Câmara Municipal, depois a partir daí é que virá à Assembleia Municipal e aí sim, já com um orçamento retificativo porque sim, vai aumentar os custos com o pessoal mas, sim, vai aumentar a nossa capacidade de trabalho a nossa organização interna e vamos aumentar com toda a certeza a nossa especialização naquilo que fazemos e que os funcionários fazem muito bem, precisam de ser organizados. -----

Dizer-vos ainda que o entendimento deste executivo para o ano de 2026 é deixar projetos para depois executar em 2027. Sejam claros, os projetos que foram deixados pelo executivo do Partido Socialista eram projetos que não são aqueles que nós entendemos como importantes para o desenvolvimento do concelho, nós entendemos que é importante terminar de uma vez por todas a famosa estrada de São Barnabé

/Monte Ruivo, isso trará à Freguesia de São Barnabé e ao concelho de Almodôvar o desenvolvimento que a gente tanto precisa, que é importante que a ligação a Espanha através da Dogueno/Santa Cruz seja efetivamente feita e não seja feito o alargamento de 10 cm que praticamente não trouxe nenhuns níveis de segurança, há uma ligação fundamental de Almodôvar a Espanha que é importante que a estrada que liga o famoso depósito azul, que liga à Brunheira, junta 3 Freguesias, que seja feito esse projeto para se ir fazendo ao longo de anos, porque é uma estrada 21 km.-----

É muito importante que de uma vez por todas tomemos decisão com respeito à escola secundária e nesse investimento concreto quero explicar-vos que aquilo que está em causa poderá ser a mudança de localização, o estudo de impacte, que já falamos aqui, do risco sísmico que coloca em causa aquela localização. O custo que será recuperar aquela escola mantendo esse risco será elevado pelo que estamos a estudar e rapidamente iremos apresentar uma proposta de projeto de uma nova escola num outro local mais seguro e estamos a falar de um equipamento que durará os próximos 40 anos, estamos a falar de um equipamento com os custos que deve ser moderado. ----

Todas estas situações levaram a que este orçamento fosse um orçamento “algemado” e é aquilo que este executivo considera, isto é um orçamento “algemado” e que poderá ser retificado numa próxima Assembleia Municipal.”-----

A Presidente da Assembleia abriu as inscrições para este ponto, tendo-se registado as inscrições dos deputados Nelson Guerreiro, Vítor Nogueira, Tiago Encarnação, Francisco Abreu, Fátima Santana, Diogo Lança, Guilherme Baroa, Inês Barradas, Tiago Casimiro.-----

De acordo com a ordem das inscrições, a Presidente da Assembleia deu a palavra ao **deputado Nelson Guerreiro** que referiu:-----

“Considerando que o cemitério de Aldeia dos Fernandes se encontra perto da sua lotação máxima, tendo apenas 2 gavetões neste momento disponíveis e lugar para mais doze a catorze sepulturas no máximo e derivado ao problema do solo, já em reunião anterior tinha falado com o Presidente da Câmara, já tínhamos abordado esse tema, não desgasta os corpos daí é impossível fazer o levantamento, ou seja, dou-vos um exemplo, fomos tentar levantar dois corpos um com 30 anos de estar no chão e outro com 23 e os corpos estavam intacto praticamente, daí a minha preocupação e a preocupação da Assembleia de Freguesia da Aldeia dos Fernandes, tornando-se urgentes e indispensáveis obras de ampliação com a máxima urgência. Não havendo qualquer alínea no orçamento sobre este Projeto, pergunto ao Exmo. Senhor Presidente da Câmara José Tadeu Freitas para quando uma intervenção pois é com grande preocupação que estou aqui hoje a apresentar este problema, isto mexe com os sentimentos das pessoas e demais.”-----

De imediato foi dada a palavra ao **deputado Vítor Nogueira** que disse:-----

“Na qualidade de deputado municipal e representante da Junta de Freguesia do Rosário, sinto o dever de transmitir a profunda preocupação e alguma desilusão da nossa população relativamente às Grandes Opções do Plano para 2026.-----

A Freguesia do Rosário é, como todos sabemos, a segunda freguesia mais populosa do concelho. Naturalmente, espera-se que o orçamento municipal reflita essa realidade demográfica e as necessidades concretas da nossa comunidade. Infelizmente, não é isso que encontramos no documento que hoje discutimos.-----

O executivo da Junta de Freguesia do Rosário remeteu três propostas para o orçamento de 2026 - apenas três, das muitas que estavam identificadas como prioritárias - precisamente para facilitar o trabalho de seleção e garantir que, pelo menos, os projetos mais urgentes fossem contemplados. Contudo, ao analisar a documentação enviada pela Assembleia Municipal, verificámos que nenhuma dessas propostas foi incluída para execução em 2026.-----

Permitam-me destacar um caso particularmente grave:-----

O Loteamento Municipal Jovem do Rosário, identificado por nós como primeira prioridade no processo de contributos, surge inscrito na rubrica correspondente com apenas 4.350 euros para o ano de 2026. Recordo que, nas Grandes Opções do Plano de 2025, esta mesma rubrica tinha uma dotação orçamental de 415 mil euros. -----

A diferença é tão significativa que levanta questões inevitáveis: -----

- Como é possível que um projeto considerado estruturante para fixar jovens na freguesia, promover habitação acessível e combater o despovoamento seja reduzido a uma verba meramente simbólica? -----

- Que mensagem estamos a transmitir aos jovens do Rosário e às famílias que aguardam há anos por este investimento? -----

- E, sobretudo, como se justifica que uma freguesia com o peso populacional do Rosário veja as suas prioridades completamente ignoradas? -----

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, -----

O Rosário não pede privilégios. Pede equidade. Pede respeito. -----

Pede que o concelho seja planeado de forma equilibrada. -----

O que hoje aqui transmito não é apenas a minha posição. É o sentimento generalizado da população do Rosário, que se sente esquecida e desconsiderada neste orçamento. -----

Apelo, por isso, ao Executivo Municipal para que reveja estas opções, reponha justiça territorial e assegure que, em 2026, o Rosário tenha finalmente os investimentos que lhe foram prometidos e que são essenciais para o futuro do concelho.” -----

Seguidamente foi a vez do **deputado Tiago Encarnação** que iniciou por dizer que “É com gosto e sentido de responsabilidade que estou hoje, finalmente, presente numa sessão da Assembleia Municipal no exercício do cargo de Deputado Municipal para o qual fui eleito pelo Partido Socialista no passado mês de outubro. -----

Foi com pena que não pude estar presente nas várias sessões, sentimento esse que transmiti sempre ao líder da minha bancada tal como à Senhora Presidente da Assembleia Municipal. -----

Como é do conhecimento de muitos, estive a trabalhar na embaixada de Portugal na Índia até meados de novembro do ano passado e, pouco tempo depois de regressar, mudei-me para a Irlanda para iniciar um novo percurso profissional. -----

No entanto, o facto de estar fora do País, nunca significou estar afastado de Almodôvar, do nosso concelho ou da vida dos almodovarenses. Acompanhei sempre com atenção o que se foi passando, os desafios que o concelho enfrenta, as decisões tomadas e as preocupações da população. -----

Quero também sublinhar o prazer que é integrar aquela que considero ser uma das Assembleias Municipais mais jovens que Almodôvar já teve. A presença dos mais jovens na vida política local não é um pormenor: é um sinal de renovação, de responsabilidade e compromisso com o futuro do concelho. Estar hoje presente numa sessão tão importante esta - sem desvalorizar as outras todas - representa, para mim, a afirmação desse compromisso. -----

Dito isto, e uma vez que hoje marco presença nesta sessão da Assembleia Municipal não queria deixar de o fazer sem a intervenção sobre um tema que considero estruturante para o futuro de Almodôvar: o empreendedorismo e o desenvolvimento económico. -----

Ao analisar o Orçamento Municipal para 2026, constata-se a ausência de uma dotação específica e claramente identificada para o apoio ao empreendedorismo no nosso concelho. Esta ausência é, na minha opinião, preocupante. O apoio ao empreendedorismo deveria ser uma área prioritária deste executivo, sobretudo tendo em conta que esta foi, por diversas vezes, apontada como uma lacuna existente, no sentido de captar novos empresários e novas empresas, contribuindo para a fixação de pessoas e para a criação de emprego, com um foco claro no desenvolvimento económico a médio e longo prazo. -----

Não se identifica no orçamento uma política clara que promova o desenvolvimento económico local, nem medidas concretas de apoio a comerciantes, empresários ou jovens que se queiram estabelecer em Almodôvar. Se queremos combater a desertificação e garantir o futuro ao concelho, não basta conhecer o problema: é necessário criar condições reais para quem quer investir, trabalhar e viver aqui. -----

Também não se vislumbra investimento em novos espaços de acolhimento empresarial com uma dimensão adequada às necessidades atuais. Recordo que este foi um tema amplamente referido durante a passada campanha eleitoral. A desistência da Área de Acolhimento Empresarial de Gomes Aires representa, a meu ver, um recuo estratégico que merece reflexão, e, acima de tudo, explicação, apesar do Senhor Presidente ter mencionado que este é um orçamento “algemado”. -----

Devo ainda acrescentar que para a Área de Acolhimento Empresarial de Gomes Aires já existe um estudo de viabilidade económico-financeira, que foi apresentado na passada sessão da Assembleia Municipal realizada no dia 29 de abril de 2025 pode-se constatar o aconteceu através da ata dessa mesma sessão. -----

Tenho ainda conhecimento da intenção deste Executivo em adquirir algumas frações no Centro Coordenador de Transportes para este feito. No entanto, essa intenção não se encontra refletida no Orçamento para 2026 e, mesmo que venha a concretizar-se, parece-me uma solução manifestamente insuficiente e redutora face à dimensão da resposta que seria necessária para uma política séria e consequente da captação empresarial do nosso concelho. -----

Almodôvar precisa de uma visão clara e assumida para o seu desenvolvimento económico, assente no apoio ao empreendedorismo, na criação de infraestruturas adequadas e na valorização de quem quer apostar no concelho. Como referi, a Área de Acolhimento Empresarial de Gomes Aires foi, em determinado momento, apresentado como um foco de trabalho e de desenvolvimento e, hoje, encontra-se ao abandono. -----

É este debate que deixo hoje aqui e considero fundamental para o desenvolvimento de Almodôvar.” -----

No uso da palavra o **deputado Francisco Abreu** disse: -----

“Em nome da bancada do Partido Socialista, queremos em primeiro lugar enaltecer o papel da equipa da Divisão Administrativa e Financeira, que conjuntamente com o executivo camarário realizaram um excelente trabalho na elaboração dos documentos que nos são apresentados, o que para nós não constitui surpresa, pois bem conhecemos a capacidade de trabalho e competência dos técnicos e profissionais da Câmara Municipal de Almodôvar que trabalham nesta área, elogios extensíveis às restantes Divisões, que com o seu contributo, as suas sugestões, as suas recomendações, ajudam e de que maneira, a elaborar os documentos finais que fazem parte integrante das Grandes Opções do Plano e Orçamento, igualmente com o Mapa de Pessoal. Parabéns a todos, fizeram, como sempre, um Excelente trabalho. -----

Quanto à nossa apreciação sobre as Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2026 iremos fazê-lo de uma forma mais global, não entrando em grandes detalhes, mas não podendo deixar de fazer algum paralelismo relativamente a Orçamentos anteriores do Partido Socialista. -----

Apraz-nos, em primeiro, registar com satisfação, não só o facto da importância que este orçamento atribui a alguns projetos que o anterior executivo do Partido Socialista já tinha iniciado, e outros que tinha em carteira e prontos para arrancar, mas também a forma elogiosa como o atual executivo a eles se refere, dizendo, na página 4 da Nota de Enquadramento, e passo a citar, “No domínio do investimento municipal, o Executivo assume igualmente como prioridade a continuidade dos grandes projetos já iniciados, cuja concretização é fundamental para a coesão social, a qualidade de vida e a atratividade do concelho. Destacam-se, neste âmbito, a construção da Creche, a obra do Jardim de Infância atualmente em curso, o Campo de Padel e Ténis e a intervenção na Rua da Ferraria, investimentos que, apesar das restrições orçamentais existentes, se

mantêm como compromissos inadiáveis para responder às necessidades das famílias, promover a prática desportiva e melhorar o espaço público e a mobilidade urbana”. ----

Sinal de que nem tudo estava mal nos tempos de governação do Partido Socialista, cujas obras não conseguiram realizar nos seus mandatos, mas que viriam a ser reconhecidas por este Executivo como de primordial importância para o tão apregoado desenvolvimento sustentável do concelho e para o bem-estar da população. -----

Ainda na mesma página da referida Nota de Enquadramento, é referido que, e passo novamente a citar, “A manutenção e o reforço das políticas de promoção de empregabilidade, através da continuidade dos programas de apoio dirigidos a pessoas com incapacidade, jovens e desempregados de longa duração ... fundamentais para a integração ativa da população e para o desenvolvimento sustentável do concelho”. -----

E volto a reforçar o termo utilizado de “continuidade”, porque são programas desta natureza que foram um dos pontos fortes da governação do Partido Socialista: o foco nas pessoas, programas dos quais o atual Executivo já tirou dividendos, é público e oficial o reconhecimento, com a atribuição de mais uma Bandeira de Autarquia Familiarmente Mais Responsável e uma distinção de Marca de Entidade Empregadora Inclusiva, que recebeu pouco tempo depois de tomar posse. -----

Também na Nota de Enquadramento, na página 5, é referido que, e passo novamente a citar, “O Orçamento Municipal e as Grandes Opções do Plano para 2026 refletem a continuidade de uma governação responsável ...”, e reforço e destaco novamente a palavra “continuidade”, porque se há uma continuidade de “uma governação responsável”, é porque as coisas estavam a ser bem-feitas e pretende-se continuar a fazer bem.-----

Ainda na página 8 do documento em apreço é referido que, e passo novamente a citar, “(...) Em linha com o registado em anos anteriores ... o exercício orçamental para 2026 assenta em princípios de responsabilidade, coesão territorial e equilíbrio orçamental e financeiro do município (...)”. -----

Final as prioridades, as opções e a governação dos executivos socialistas não eram assim tão descabidas e desfasadas da realidade, como por vezes se quer fazer passar esta ideia, de tal forma que, na execução destas Grandes Opções do Plano, o atual executivo, e bem, foi beber algumas ideias a quem o antecedeu.

E era assim que as coisas deviam funcionar, para o bem de todos. E tal como os erros devem ser apontados, também os bons exemplos devem ser seguidos, continuados, melhorados se possível, e não menosprezar e minorizar o que de bem os outros fizeram.-----

Mas por outro lado, é com alguma perplexidade que vemos igualmente na referida Nota de Enquadramento, algumas afirmações, e passo a citar, “abre-se igualmente uma nova etapa na gestão municipal, que tem como ponto de partida uma realidade orçamental distinta, condicionada por más opções passadas é, contudo, o orçamento possível face a compromissos assumidos pelo anterior executivo tendo presente a herança financeira, organizacional e contratual recebida” e ainda “o objetivo central para 2026 é o de estabilizar a organização e situação financeira da Câmara Municipal, criando condições sólidas para um futuro de crescimento sustentado e equilibrado”. ----

E é aqui que reside a nossa perplexidade. Se por um lado se afirma, como atrás é referido, a importância que nestas Grandes Opções do Plano se atribui às obras da Creche, Jardim de Infância, Campos de Padel e Ténis e da Rua da Ferraria, a importância que nestas Grandes Opções do Plano se atribui “à continuidade das políticas de promoção de empregabilidade, a importância que nestas Grandes Opções do Plano se atribui “a continuidade de uma governação responsável”, a importância que nestas Grandes Opções do Plano se atribui “aos princípios de responsabilidade, coesão territorial e equilíbrio orçamental e financeiro do município em que assenta o exercício orçamental para 2026, em linha com o registado em anos anteriores”, não se percebe depois a alusão que é feita “às más opções passadas”. -----

Outra nota que nos chama à atenção neste documento das Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2026, é a referência à “herança financeira, organizacional e contratual recebida” e “o objetivo de estabilizar a organização e situação financeira da Câmara Municipal”, transmitindo-nos a ideia de que o anterior executivo deixou a Câmara numa situação financeira desequilibrada. Aliás, eu próprio fui questionado diretamente sobre esta matéria na última sessão da Assembleia Municipal, tendo-me sido diretamente perguntado, a propósito da situação financeira da autarquia, “se eu achava que a Câmara estava bem? Se eu achava que a Câmara tinha dinheiro?”. Não respondi de imediato porque não tinha comigo valores presentes que sustentassem a minha opinião sobre esta matéria, que era contrária com o que fui confrontado e optei por não responder até me documentar devidamente.-----

Assim, consultamos os documentos oficiais onde estão registados estes factos, nomeadamente as atas, quer da Assembleia Municipal quer da Câmara Municipal, e o conhecimento que daí extraímos, em linha de conta com a opinião que sustentávamos, é que o anterior executivo do Partido Socialista deixou a Câmara Municipal de Almodôvar numa situação financeira desafogada, com uma dívida de médio e longo prazo historicamente baixa na ordem de 1 milhão e 800 mil euros, dívida essa que era de cerca de 6 milhões e 700 mil euros herdada do anterior executivo do PSD, e que foi amortizada em quase 5 milhões de euros, e uma capacidade de endividamento atualmente de 21 milhões, 891 mil e 658 euros e 76 cêntimos, conforme consta na página 27 do documento das Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2026. Acresce a esta nossa posição, que se o Saldo de Gerência de 2025 que vier a transitar para as contas de 2026, estiver em linha com o do ano anterior, poderá ser na ordem dos 3 milhões de euros e dado que este valor, tal como os valores do Orçamento, também é previsional, mas se assim for, torna mais consistente o nosso argumento de situação financeira confortável. Aguardemos para ver qual será o Saldo de Gerência de 2025. ----

É importante referir que esta capacidade de endividamento é fruto da gestão responsável que foi seguida pelo executivo anterior e a bancada do Partido Socialista entendeu que é importante dar conhecimento destes factos, para desmistificar a ideia que se quer fazer passar de que o Partido Socialista deixou a Câmara numa situação financeira desastrosa. E para que não restem dúvidas, refiro a seguir uns dados que são públicos e constam na ata da Câmara de 5 de novembro de 2025, a primeira reunião deste novo executivo depois de tomar posse. -----

Passo a ler o extrato, com lacunas, dessa ata de 5 de novembro de 2025: -----

“(…) B.2. — CONHECIMENTO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DA AUTARQUIA: -----

A Câmara tomou conhecimento dos seguintes Resumos Diários da Tesouraria: -----

Do dia trinta e um de outubro de dois mil e vinte e cinco que apresentava, nas Operações Orçamentais e Operações não Orçamentais (...) um saldo a favor do Município no total de €6.439.466,01 (seis milhões, quatrocentos e trinta e nove mil, quatrocentos e sessenta e seis euros e um cêntimo). -----

--- DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZOS -----

---- Relativamente à dívida de médio e longo prazo do Município compreende os valores contratualizados no âmbito de empréstimos bancários, bem como o montante dos contratos em regime de locação financeira. O montante global da dívida de médio e longo prazo é de €1.845.748,03 que se referem a dívida relativa a empréstimos bancários. -----

A Câmara tomou conhecimento. (...)” -----

Estes dados factuais conhecidos de tesouraria, à data de 31 de outubro de 2025, coincidentes com o final do mandato do Partido Socialista, indicavam um saldo positivo significativo de um total de €6.439.466,01 (seis milhões, quatrocentos e trinta e nove mil, quatrocentos e sessenta e seis euros e um cêntimo) e evidenciam uma situação de estabilidade financeira confortável e uma capacidade resposta no curto prazo, contrariando a ideia que os senhores deputados municipais do PSD apresentaram na

última sessão da Assembleia Municipal e que são fruto da herança deixada pela governação cuidada e responsável do Partido Socialista. -----

Estes são os dados públicos que nós temos conhecimento, os dados que nós possuímos, que tivemos possibilidade de consultar extraídos de documentos oficiais. Se os senhores deputados municipais do PSD têm outros dados que contrariem estes, façam o favor de os apresentar e se os factos e documentos assim nos contradisserem, cá estaremos para assumir as nossas responsabilidades. -----

Entrando agora numa análise mais global ao presente Orçamento, e não podendo deixar de fazer um paralelismo com o anterior Orçamento do Partido Socialista, seria cínico da minha parte se não dissesse que o fiz não só para, em parte, fazer a defesa das críticas acérrimas que sistematicamente eram feitas aos Orçamentos do Partido Socialista, mas também para evidenciar a noção realista com que foi elaborado o Orçamento atual. Assim, de acordo com o quadro comparativo que elaborei, podemos verificar que não existem diferenças muito acentuadas nos valores contemplados nas diferentes rúbricas, verificando-se até valores percentuais muito semelhantes, tanto nos totais das Receitas Correntes e Receitas de Capital, respetivamente cerca de 60% e 57% nas Receitas Correntes e cerca de 40% e 42% nas Receitas de Capital, como nos totais das Despesas Correntes e Despesas de Capital, respetivamente cerca de 57% e 56% nas Despesas Correntes e cerca de 42% e 43% nas Despesas de Capital.-----

De resto, e naquilo do que foi sempre um dos argumentos dos senhores deputados municipais do PSD para votarem contra todos os Orçamentos do Partido Socialista, que era o “despesismo exagerado, orçamento empolado, desproporcionado e irrealista”, verificamos que no Campo da DESPESA, a Rúbrica “Aquisições de bens e serviços”, rúbrica onde são inseridas todas as despesas necessárias ao normal funcionamento dos serviços, escolas incluídas, e que não constituem património duradouro, desde a eletricidade, água, comunicações, limpeza, seguros, serviços culturais, eventos, estudos, consultorias e tudo o mais que se possa imaginar como bens e serviços imprescindíveis, os valores alocados são sensivelmente iguais em 2025 e 2026. Daqui se deduz que o anterior executivo não empolava os valores alocados a estas rúbricas e que o atual executivo tem perfeita noção do que poderão ser os gastos correntes duma gestão autárquica.-----

Uma nota ainda para o aumento previsto neste Orçamento no campo da RECEITA, na Rúbrica Impostos diretos, em que se prevê um aumento de cerca de 300 mil euros. Ora sabendo nós que a cobrança de impostos incide, em larga escala, sobre os lucros e rendimentos do trabalho individual e das empresas, um aumento na cobrança de impostos está diretamente ligado a um aumento da atividade económica do município, o que deita por terra a ideia que também se tem pretendido fazer passar que Almodôvar é um Município parado. -----

Finalmente, e já quase para terminar, não poderia deixar de elogiar, porque a palavra elogiar também existe no dicionário, o total de cerca de 8 milhões e 500 mil euros que estão alocados à freguesia de S. Barnabé, para os projetos tão importantes das ligações de S. Barnabé até ao limite do concelho com Loulé, no valor total de 2 milhões e 676 mil euros e a Pavimentação da estrada que liga S. Barnabé à Azilheira, num valor total de 5 milhões e 850 mil euros, com inícios previstos para 2027 e conclusão para 2030. Estes são 2 projetos muito importantes que contribuirão para mitigar o isolamento da freguesia de São Barnabé e aguardemos para ver, porque estas coisas nunca são fáceis. Para quem está de fora dos processos, é bom lembrar que as coisas nem sempre são como eles pensam que são, que as coisas nem sempre acontecem com a rapidez que eles julgam que iriam acontecer. -----

E quanto às Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2026, um documento previsional como é, com todos os imprevistos e adaptabilidades que certamente terão que se fazer, face aos diferentes contextos com que este executivo certamente se irá confrontar, esperemos para ver quanto ao seu grau de execução, cientes de que

difícilmente se conseguirá executar a sua totalidade e que se for executada uma larga maioria das propostas aqui previstas, já poderá ser considerado um bom desempenho no trabalho executado. Vamos aguardar.”-----

Prosseguindo, foi a vez da **deputada Fátima Santana** que quis colocar duas questões:-----

“A primeira questão tem a ver com a viatura que a Câmara adquiriu para uso do Senhor Presidente. Muito se tem falado sobre a aquisição desta viatura, por isso gostaria que o Senhor Presidente nos esclarecesse por gentileza, se a aquisição da mesma era necessária, e qual o motivo do Land Rover utilizado pelo Senhor Presidente do anterior executivo, não responder a esta necessidade!-----

A segunda questão é sobre o valor de 650 mil euros que está em orçamento para a construção do campo de Paddel, fiquei de facto surpreendida com este investimento, não que tenha nada contra esta modalidade desportiva, nem contra os atletas que a praticam, mas se calhar ao invés de construirmos, um campo de Paddel de topo com cobertura, que vai ficar com certeza perto de um milhão de euros, na minha opinião, podia ser feito sim, um campo de Paddel mais modesto, descoberto!-----

Decerto reduzia em muito o valor de construção, e até podiam com o restante valor, fazer investimento noutras modalidades que requerem igualmente de condições de treino, como o atletismo que tem atualmente 28 atletas federados no concelho, entre adultos, jovens e crianças, muitos com vários títulos Distritais e com uma boa classificação em provas Nacionais, que dignificam o nome de Almodôvar, isto sem contar com os atletas do Desporto Escolar. Faria todo o sentido que fosse feita uma pista em Tartan, onde pudessem treinar e ainda podia igualmente ser feita uma pista de BTT, já que temos vários desportistas também nesta modalidade.-----

Isto para dizer que se tivessem tido em conta todas as outras modalidades, não teriam optado por fazer um campo de Paddel deste valor!

Na qualidade de deputada desta Assembleia Municipal, e zelando pelo interesse público, parece-me que é um investimento muito grande, para o número de atletas que vai servir, sim, porque informei-me junto da Federação Portuguesa de Paddel e verifiquei que atualmente o número de atletas federados de Paddel no nosso Concelho é inexistente, ou seja, zero!-----

Gostaria de saber a opinião do Senhor Presidente sobre este investimento.”-----

Tomou a palavra o **deputado Diogo Lança** que começou esta sua intervenção “com uma palavra de profunda solidariedade para com todos aqueles que, no centro do nosso país, foram duramente afetados pela tempestade que recentemente assolou aquela região.-----

Deixo um abraço solidário a todas as famílias que sofreram prejuízos, que perderam bens, tranquilidade e segurança, e que continuam a viver momentos difíceis. Mas deixo também um abraço muito forte e sentido a todos os que estiveram e continuam no terreno: aos responsáveis políticos, à Proteção Civil, à GNR, aos Bombeiros, e, de forma muito especial, aos autarcas das freguesias afetadas, que têm estado 24 horas sobre 24 horas ao lado das populações, garantindo que nada falte, muitas vezes em condições extremamente exigentes.-----

Como sabem, neste fim-de-semana decorre o congresso da ANAFRE, hoje estive lá com muitos Presidentes de Junta que estão consternados com toda esta situação a pedirem ajuda a todos nós e fiquei sem palavras.-----

Quero ainda deixar claro que a Junta de Freguesia de Almodôvar está solidária com estas populações e com todos os que diariamente enfrentam esta situação no terreno. Mais do que palavras, entendemos que a solidariedade deve traduzir-se em gestos concretos. Nesse sentido, desafiamos todas as Juntas de Freguesia do concelho a associarem-se a esta causa, demonstrando união institucional e apoio efetivo a quem

mais precisa. O poder local faz-se também desta capacidade de estar presente quando os outros mais necessitam. -----

Na qualidade de Presidente da Junta de Freguesia de Almodôvar, venho hoje trazer a esta Assembleia uma preocupação que me tem sido transmitida de forma recorrente pela nossa população. -----

Tenho recebido, ao longo das últimas semanas, diversos contactos por e-mail, chamadas telefónicas e mensagens via WhatsApp de pais e encarregados de educação relativamente à questão do transporte de crianças, manifestando apreensão quanto à sua regularidade, segurança e capacidade de resposta. -----

Perante estas preocupações legítimas, entendo ser meu dever institucional apresentar questões ao Município para saber em concreto em que ponto se encontra atualmente o parque de viaturas afeto ao transporte de crianças: -----

. Quantas viaturas estão operacionais; -----

• Se existem viaturas imobilizadas e por que motivo; -----

• E se o Município considera que os meios existentes são suficientes para assegurar, com segurança e fiabilidade, o transporte das nossas crianças ou se existe a intenção de adquirir viaturas para este fim.-----

Esta informação é fundamental não só para tranquilizar os pais e encarregados de educação, mas também para permitir uma articulação mais eficaz entre o Município e a Junta de Freguesia, no sentido de encontrar soluções, caso se revelem necessárias. -----

Agradeço, desde já, os esclarecimentos que possam ser prestados.” -----

Continuando com a ordem das inscrições, a Presidente da Assembleia deu a palavra ao **deputado Guilherme Baroa**, que referiu: -----

“A minha intervenção vem no âmbito da apresentação que foi feita pelo Senhor Presidente da Câmara em relação ao estado do edificado, veio-me alertar ainda mais em relação à escola secundária. -----

A minha intervenção está relacionada com a escola secundária que é, como todos sabemos, uma obra extremamente urgente para o concelho e tem sido gerida de forma muito incompetente pela gestão autárquica dos últimos anos. O Senhor Presidente mencionou que está a estudar a construção da escola secundária numa nova localização. Questiono se pode aprofundar um pouco mais o tema e se tem ideia do aumento do custo da obra que estamos a falar, a obra que estava orçamentada, tinha uma verba alocada de cinco milhões e meio, mais coisa menos coisa, questiono se tem ideia do aumento do custo desse mesma obra” -----

De imediato foi dada a palavra à **deputada Inês Barradas**, que proferiu o seguinte: “Como sabem alguns, eu tenho a minha vida profissional e a minha vida pessoal em Almodôvar e como tal oiço e partilho algumas das preocupações e tenho ouvido muita conversa sobre a questão dos apoios às Associações. -----

As Associações, são uma realidade, elas existem e precisam de se organizar, pelo que gostaria que o Senhor Presidente esclarecesse como é que em 2026 esses apoios vão acontecer.”-----

For último, interveio o **deputado Tiago Casimiro**, que expôs o seguinte:-----

“Antes de mais, quero dar as boas vindas ao deputado Tiago Encarnação, seja muito bem-vindo, acho que é importante a sua presença, a presença dos jovens neste órgão autárquico, o mais importante. -----

Acompanho também as palavras do deputado Diogo Lança sobre a solidariedade a todas as pessoas afetada e já agora peço a todos os almodovarenses que se juntem à iniciativa “*Almodôvar Solidário*”, de 2 jovens almodovarenses com o apoio do município.

Refiro também a presença de 2 alunos da escola secundária de Almodôvar que tive o prazer de convidar e obrigados àqueles que conseguiram estar presentes. -----

Já que o Partido Socialista optou por não falar hoje sobre habitação, faço-o eu e faço-o com base em factos públicos e concretos: o documento apresentado na última reunião de Câmara pelos vereadores da oposição, do PS, que contém a proposta, -----

"Criação de um programa de apoio ao arrendamento jovem com participação municipal". -----

Começo por dizer que, aquilo que nos trazem e, aquilo que propõem é, do meu ponto de vista, absolutamente surreal. É legítimo apresentar ideias, mas pergunto: estão os senhores realmente atentos ao país em que vivem? Procuraram saber que medidas vigoram atualmente para os nossos jovens na área da habitação? Porque, sinceramente, parece-me que não estudaram bem a lição. É essencial fazer aqui um enquadramento: a Câmara Municipal não tem de substituir as medidas do Governo, mas tem a obrigação de divulgar e aplicar as políticas públicas que possam beneficiar os nossos jovens. -----

Em três meses, é impossível que um executivo que chega pela primeira vez à Câmara Municipal, depois de 12 anos geridos por vocês, Partido Socialista, vá inventar alguma coisa em 80 ou 90 dias só porque sim, ou porque o PS acha que sim. Não se faz em meses o que não fizeram em 12 anos. -----

Reparem bem: apresentam esta proposta, mas não dizem às pessoas que o atual Governo tomou um conjunto de medidas extraordinárias para a habitação jovem a nível nacional. E estas medidas incluem: -----

- Redução do IVA para 6% na construção de habitações até determinado valor, aplicável também ao arrendamento, que é o que se fala na vossa proposta. -----

- Isenção do pagamento adicional de IMI em habitações para arrendamento até 2.300 euros; -----

- Isenção de IMT na compra da primeira habitação para jovens até aos 35 anos, sujeita a determinadas situações; -----

E porque é que isto é importante? Porque o IMT é uma receita municipal e nos casos previstos para esta isenção aplica-se igualmente a isenção do Imposto de Selo. -----

- Garantia pública do Estado na compra da primeira habitação para jovens até aos 35 anos, para imóveis que não ultrapassem cerca de 450 mil euros, salvo erro. -----

Estas medidas são importantes porque permitem que os jovens tenham acesso à habitação de forma mais acessível e estruturada. Acaba com o problema da habitação em Portugal e nos municípios? Não acaba, mas ajuda! -----

Portanto, senhores deputados do Partido Socialista, talvez devam ter um pouco mais de consideração, perder menos tempo com o Facebook e focar-se mais em Almodôvar, nos jovens e no país. Este executivo, em tão pouco tempo, está a trabalhar todos os dias para encontrar as melhores soluções para os nossos jovens, estando igualmente atento às decisões do Governo que beneficiam o concelho. -----

E, sinceramente, o Partido Socialista em Almodôvar tem zero moral para falar sobre habitação. Porque, enquanto estavam no poder, falaram do arrendamento, mas não se preocuparam com uma política de fixação de jovens no concelho. Querem fazer-nos crer que uma participação municipal seria algo grandioso? Não é. Deve existir um programa estruturado, porque todos concordamos que o arrendamento provisório não é uma solução de vida, muito menos para os nossos jovens que querem viver na sua terra, construir a sua família e não pensar apenas a curto prazo. O Partido Socialista tem de se habituar que é muito mais produtivo dar ferramentas aos jovens para que eles consigam "pescar" por si mesmos, com autonomia, do que os iludir com soluções curtas. Só assim conseguimos promover a fixação real dos jovens. O Governo já tomou medidas nesse sentido, e este executivo acompanha todo o processo. -----

Mas recordemos os factos: foram os senhores, no anterior executivo, os responsáveis por terem perdido cerca de 3 milhões de euros da Estratégia Local de Habitação, aprovada em 2021. Tiveram a oportunidade de: -----

- Aumentar a oferta de habitação; -----

- Adquirir e reabilitar imóveis; -----

- Atrair mais jovens para o concelho; -----
- Implementar projetos estruturados. -----

E o que fizeram? Nada. -----
Agora, em tão pouco tempo na oposição, acham que têm moral para falar sobre tudo?-----

Eu já me questioneei, como é possível perder tanto dinheiro? Como é possível?-----

Como é que se perdeu tanto dinheiro e tantas oportunidades de investimento no concelho? Os senhores sentem-se bem com isso? Têm noção do que fizeram? A senhora Vereadora da oposição do Partido Socialista, que foi Vereadora da juventude no anterior executivo, sente-se bem com isso? Já pararam para pensar que se calhar é a vossa narrativa que está errada? -----

Andaram a prometer loteamentos jovens e nada avançou. Há quantos anos está o loteamento na Aldeia dos Fernandes? E o loteamento no Rosário? Já foram perguntar às pessoas que vivem nessas freguesias o que pensam? Ou vão continuar a enganá-las apenas para obter votos? -----

Eu prefiro dizer a verdade às pessoas e eventualmente perder votos, do que as iludir para os ganhar. Os senhores pouco executaram, e agora acham que têm moral para falar sobre tudo? Não, não têm!"-----

Prosseguindo os trabalhos, foi dada a palavra ao **Presidente da Câmara** para responder às questões que lhe foram colocadas e começou por referir o seguinte: -----

“Vou tentar responder o mais sucinto possível embora haja aqui um conjunto de questões grandes e algumas até com uma dificuldade de se conseguirem perceber. -----

Iniciar com a Aldeia dos Fernandes, Senhor Presidente estamos todos claramente preocupados, é na Aldeia dos Fernandes, é em Gomes Aires, é em Almodôvar, é em todos os cemitérios, estamos todos claramente preocupados com os cemitérios, os cemitérios estão completamente esgotados.-----

A Aldeia dos Fernandes e Gomes Aires têm um problema concreto naquilo que tem a ver com o terreno, que foi na altura há muitos anos construído, é do próprio terreno, não podemos fazer mais do que isso. Também estamos preocupados com o cemitério de Almodôvar que já está praticamente lotado, face ao número de habitantes muito possivelmente terão de ser ampliados e vamos fazer de tudo e todos os possíveis para preparar os projetos de ampliação de todos os cemitérios que têm essa necessidade, face inclusivamente à sensibilidade que todos temos dessa matéria. Agradeço colocar esta questão, a mesma já tinha sido colocada também noutra fórum entre nós, em reunião com os Senhores Presidentes de Junta, garantir que tudo farei para que no orçamento rectificativo já esteja lá colocado quer Gomes Aires, quer a Aldeia dos Fernandes, quer inclusivamente outras freguesias, como é o caso da nossa aqui em Almodôvar, onde será necessário fazer investimento dessa matéria.-----

Na questão do Rosário, do loteamento jovem, explicar ao Senhor Presidente da Junta que é de todo importante para nós. O executivo quer este loteamento jovem, quer o loteamento que estava previsto na Corte Zorrinho, quer o loteamento que estava previsto na Aldeia dos Fernandes, quer a resolução final do problema, que não é público, que é privado, do loteamento aqui em Almodôvar que se encontra parado há muitos anos. Está este executivo ponderadamente a trabalhar no sentido de encontrar soluções, este orçamento não nos permitiu colocar o real valor desse do Rosário sendo ele o mais importante no cômputo de todos, exceto este privado que podemos resolver. Como é privado e a Câmara tem a possibilidade de resolver, eu não me recordo do nome do loteamento, Maldonado, que é privado e que é a Câmara a única entidade que pode efetivamente dar o pontapé de saída para aquilo ser solucionado. Este do Rosário está no orçamento com um valor baixo, nós não tínhamos mais orçamento para colocar, no entanto a rubrica está aberta e vamos ter que fazer uma alteração de rubricas e de preparar esse loteamento.-----

O deputado Tiago Encarnação, queria agradecer antes de mais, tanto ao deputado Tiago Encarnação como aos muito almodovarenses que levam Almodôvar daqui para fora e que são muito importantes lá fora, nós temos muitos técnicos que saem de Almodôvar e que fazem um excelente trabalho no exterior e que levam Almodôvar de uma forma altamente profissional. Queria agradecer esse trabalho que está a fazer lá fora inclusive a todos os almodovarenses que o têm feito, quer internamente no País quer até fora, como os Estados Unidos, entre outros Países, pessoas que temos a trabalhar são almodovarenses. -----

Explicar-lhe que este executivo tem como principal foco o empreendedorismo, ao contrário daquilo que possa ter entendido das Grandes Opções do Plano, só que temos um problema no empreendedorismo, nós não podemos começar as casas pelo telhado e empreendedorismo só se edifica mesmo se os serviços do próprio município, que são neste momento o principal entrave ao empreendedorismo, que é a utilização do edificado que leva anos, só temos uma arquiteta no município e lá está, está aqui no quadro de pessoal a contratação de mais arquitetos. Os próprios serviços da Câmara não são atrativos ao empreendedorismo e é esse trabalho que nós estamos a fazer, a organização, estamos a começar pelas fundações e naturalmente depois de termos as fundações, temos um outro problema em Almodôvar, que pode levar a um entrave ao empreendedorismo que é a falta de habitação. Almodôvar como todos sabem, se queremos cá implementar habitações, não temos casas para esses empresários trazerem para cá novos empregados e estamos praticamente em pleno emprego face aquilo que é a Somincor e outras empresas que aqui estão, recorde ao Senhor deputado o que está a acontecer neste momento no concelho vizinho, que é o um lar de 3.ª idade com 90 camas, e os deputados sabem única e exclusivamente o local onde foi inserido não tem habitação para os funcionários que pretendam ir para lá trabalhar e ele fica muito deslocado daquilo que é a sede do concelho. Esse é um dos entraves que ele possa estar fechado, pode ter outros financeiros, mas esse é um deles, ou seja, se não tivermos habitação se não tratarmos bem os investidores, eles não vão cá ficar. -----

Dizer-lhe mais, que no âmbito do empreendedorismo temos um grande impulso em dois grandes projetos que também vinham do antecedente mas que estamos agora a dar um grande impulso, um deles é o PROVERE que é um projeto muito grande mas o outro é nosso mesmo, que é a Rota do Medronho e que vai fazer o desenvolvimento do comércio de todo concelho não só da sede de concelho e é esse implemento, esse incremento que nós queremos dar, estamos a defender o mundo rural junto dos Ministérios, estamos a defender as pessoas para que tenham benefícios de estarem no campo e poderem desenvolver as suas atividades neste rol de freguesias do campo que é a grande parte da área e, nesse sentido, não concordamos com o Senhor deputado e entendemos que este orçamento visa efetivamente o empreendedorismo sustentável. ---

Quando fala da Área Empresarial de Gomes Aires e, muito bem, disse que houve um estudo económico da área que foi apresentado e que foi aprovado esse estudo, efetivamente, quando nós vamos contactar algumas das empresas que entendiam comprar lá lotes, não o garantem que o vão fazer. Estamos a falar de um investimento que tinha um apoio comunitário de 1.3 milhões de euros e que era um investimento que tinha um custo de cerca de 7 milhões de euros, destes 7 milhões de euros cerca de 2 milhões de euros é só em mobilização de terras, o terreno que foi adquirido por 30 mil euros o hectare, para fazer esta área empresarial, é muito inclinado tem alguma dificuldade de trabalho e o que leva a que o custo do lote seja muito caro. Como temos uma limitação, caso o loteamento seja financiado, vendê-lo por metro quadrado muito baixo, havia aqui um incremento de pelo menos de 4 a 5 milhões de euros de dinheiro público a ser lá colocado que não ia ser ressarcido. Mais à frente depois falo do restante, mas é dizer-lhe que a área empresarial não está esquecida, não caiu, não desapareceu. Temos neste momento um investidor que queria comprar lá 10 mil metros quadrados estamos a tentar ver no Plano de Pormenor se conseguimos vender-lhe os 10 mil

metros quadrados mas não estamos a conseguir porque a lei também nos diz que se não estiver completo nós não podemos vender então, temos aqui uma pescadinha de rabo na boca, já foram analisadas várias formas para aquele parque empresarial além do incremento empresarial, no sentido de conseguirmos desenvolver, mas não está a ser fácil de fazer. -----

O Senhor deputado Francisco Abreu, eu acabo por ficar aqui com alguma dúvida naquilo que diz, por um lado diz que o orçamento é muito bom e depois diz que afinal o orçamento não é bom, aquilo que nós explicamos ali e ao contrário do que foi o executivo Partido Socialista dos últimos 12 anos, nós não abandonamos projetos que têm pés para andar, se os projetos têm pés para andar, principalmente o que nos foi deixado à última da hora contratado, contratado e à última da hora inclusivamente um deles foi consignado nem sequer tínhamos a hipótese de recuar para trás, porque há os contratados que se não estiver consignado ainda podemos tentar andar para trás se este executivo entendesse que eles não seriam importantes. Dizer ao Senhor deputado que nós não recuamos com projetos que achamos que são importantes e nunca dizemos nem nunca vamos dizer, coisas que foram bem-feitas dizer e que não estão bem-feitas e deixar de dar continuidade como fez o PS quando entrou, muito pelo contrário. -----

Explicar-lhe também que no âmbito daquilo que são os investimentos mais importantes deixados pelo executivo anterior e que se olharmos para 12 anos de governação foram deixados no último mês para depois alguém que venha e que faça. ----

Explicar-lhe que a Rua da Ferraria está com erros e omissões, o projeto vai disparar o preço. -----

Explicar-lhe que o Paddel está com erros e omissões e incluía equipamentos de Ar Condicionado, não se percebe bem porquê, inclusivamente com informações técnicas, o próprio empreiteiro não entendia porque eram lá colocados os Ares Condicionados tendo em atenção que aquilo era uma tenda. -----

Explicar-lhe que não estamos só a falar de campos de Paddel, quando estamos a falar de cobertura, eu até admitiria que os campos de Paddel tivessem cobertura, os campos de ténis é que não, explicar que a tenda que vai ser instalada e que foi consignada à última da hora do anterior executivo vão ser instalados os campos de Paddel e os campos de ténis mas quase dava para cobrir aquilo que ficou por fazer no parque onde nós fazemos a FACAL e como alguém disse aqui e, muito bem, nós não temos assim tantos atletas de Paddel nem sabemos se vamos ter tantos atletas para estarem naqueles campos de Paddel. -----

Explicar que este investimento de cerca de 650 mil euros pode chegar rapidamente a um milhão e duzentos mil euros se nós não tivéssemos já anulado os Ares Condicionados que lá foram colocados, não foi previsto no projeto, um exemplo os tetos a 350 metros de cabo para fazer a ligação desses Ares Condicionados não estava previsto, não temos orçamento desses valor, mas sabemos que era um valor muito elevado, se tirarmos os Ares Condicionados já nos coloca em menos essa situação. -----

Explicar-lhe que por exemplo a escola, já falei e aproveite para falar aqui da escola secundária, ao Senhor deputado Guilherme Baroa que pediu informação sobre a escola secundária. Aquilo que nós prevíamos para a recuperação do edifício que hoje existe se não viesse lá uma clausula final, o estudo que foi feito já ronda muito próximo dos 12 a 13 milhões de euros fazer a reestruturação de todo aquele edificado, só fazer parte à recuperação daquela escola, o que estamos a estudar com o Senhor Ministro da Educação e que ele tem esses projetos é que efetivamente sai mais barato fazer uma nova, gastamos menos dinheiro e garantidamente só temos 5.4 milhões de euros, portanto estarmos a fazer um investimento da recuperação da escola secundária que rondava os 5.5 milhões de euros no entanto só vinham 4.5 milhões de euros e não estava nestes 5.5 milhões de euros a recuperação da escola secundária—estava a recuperação de 2 edifícios da escola secundária que é os 2 primeiros blocos e o espaço exterior não estava incluídas as áreas comuns, nem o Gimnodesportivo nem o 3.º bloco

portanto, todo este processo já vinha de alguma maneira coxo porque não ia permitir que após o gasto destes 5.5 milhões de euros nós tivéssemos uma escola a funcionar, porque a cozinha não cumpre as normas e era preciso uma grande melhoria daquilo que existe, vimos há pouco o que acontece com a chuva que passa no edifício e nada disto estava previsto para recuperação. -----

Dizer também ao Senhor deputado Francisco Abreu que dar importância aos projetos como demos, e bem, os projetos que são estruturantes para o concelho não significa que a gente os considerasse os mais importantes, se gastasse 1 milhão de euros no Ténis e no Paddel quando nós temos outras atividades como é o caso do Atletismo como é o caso de outras que temos muito mais atletas que têm de ir treinar para Castro Verde e têm que ir treinar a Beja e têm que ir experimentar aquilo que gostam de fazer noutros sítios, como temos um karate que está instalado no corpo de Bombeiros e como temos a ALMOVIMENTO que anda aí espalhada por vários edifícios, a aposta foi ir para uma área de desporto que não era aquela que era praticada pelos Almodovarenses mas como isto já está adjudicado nós temos que lhe dar importância, não vamos dizer que não vamos fazer porque nós acabamos projetos do antecedente. -----

Penso que do Senhor deputado Francisco Abreu só falta aqui explicar uma coisa, efetivamente o executivo anterior deixou 6 milhões de euros na conta bancária, é público está nas reuniões da Câmara Municipal, aliás em todas as reuniões da Câmara Municipal é apresentada a situação financeira atual mas uma coisa é nós não podemos ter o pensamento de merceeiro, que é eu tenho 100 mil euros no banco sou um “gajo” cheio de dinheiro se tiver 120 já não sou, a Câmara não deve mas os projetos que tenta fazer, fá-la dever, quando nós temos uma escola secundária adjudicada por 5.5 milhões de euros sem financiamento já só ficamos com 1 milhão de euros, como tínhamos em novembro que pagar os subsídios de natal e os vencimentos que custam mais ou menos 1 milhão de euros já estamos sem dinheiro, portanto, aquilo que nós podemos dizer que existe em caixa não significa que seja aquilo que a Câmara tem ou que nós temos disponibilidade e já não estou a colocar aqui da Creche que também vai ser entregue, já não estou a colocar o Paddel porque também vai ser financiamento nosso, já não estou a colocar o Parque de Caravanismo que nunca abriu e, na altura gastamos lá 800 mil euros, já não estou a colocar um conjunto de investimentos que vimos aqui de recuperação do edificado e constata-se que efetivamente embora tenhamos dinheiro, não temos dinheiro para fazer aquilo que mais falta fazer para termos um concelho evoluído, desenvolvido e com uma resposta pública e concreta à população. -----

Eu penso que ao Senhor deputado Francisco Abreu já dei todas as respostas. À deputada Fátima Santana que fez uma questão relacionada com a viatura do Presidente que tem sido alvo de um grande alvoroço, uma coisa muito complicada, o Senhor Presidente cessante quando me passou a pasta disse-me que não podia dar a chave da viatura porque a viatura estava na oficina, tinha um tubo roto, ok está na oficina tem o tubo roto, com toda a certeza há que reparar o tubo roto que custa 10 mil 800 e qualquer coisa euros portanto, esse tubo roto que o carro tinha é uma reparação orçamentada pela Rover, tenho os documentos se alguém quiser ver, tenho aqui na minha posse, custa cerca de 10.800 euros, 10.800 euros por um carro que a própria Rover avaliou em cerca de 12, 13 mil, o que significa um carro que teve diversas avarias dito pelo parque de viaturas, um carro que teve diversos problemas não se justificava fazer já essa intervenção ainda por cima na Rover, portanto, o carro vem para Almodôvar como está com o tal tubo roto de 10.800 euros e veremos depois o que que faremos com essa viatura. -----

A viatura que foi adquirida agora para o Presidente da Câmara é uma viatura, aquilo que às vezes digo é que deve ser um Porsche, não é, é mesmo só uma viatura modesta, é um Renault Arkana que custou 32 mil euros, era o mais barato do mercado tendo em atenção as viagens que o Presidente da Câmara tem de fazer em representação do município, quer em Portugal continental quer inclusivamente em Espanha, estamos

como sabem a entrar na capital europeia do vinho e tem que haver aqui algumas deslocações a Madrid, entramos para a Associação Nacional de Municípios onde é obrigatório ou deverá estar o Presidente de Câmara e tive de levar a minha viatura pessoal por impossibilidade de uma viatura do município.-----

No que concerne à Fátima já respondi à questão do Padel e do Ténis.-----

No que concerne ao Senhor Presidente da Junta de Almodôvar com respeito ao Parque de Viaturas e naquilo que são algumas necessidades de nós garantirmos a segurança do transporte escolar, deixar claro que não existe nenhuma viatura de transporte municipal que esteja a transportar crianças e tenha problemas, as viaturas estão a funcionar têm a retenção das crianças a funcionar, temos é um outro problema que tem a ver com a legalidade das 9 viaturas do transporte de crianças que foram entregues pelo executivo anterior do município, 4 estão em fim de vida, não podem ser utilizadas para transporte, nós temos previsto nas Grandes Opções do Plano um valor para substituição de 4 viaturas de transporte para garantir efetivamente a legalidade, tendo em atenção que as viaturas de jovens e crianças não podem ter mais que 18 anos é 16 mas o governo já deu mais 2, voltou a dar mais 2. -----

Nesse sentido existem ainda identificadas no estaleiro municipal, na altura aquilo parecia mais uma sucata municipal, 9 viaturas que também estão há anos e que estão lá, vamos abater agora rapidamente, vamos reorganizar o estaleiro municipal vamos dar condições aos funcionários que não têm casa de banho no estaleiro municipal, os funcionários que trabalham no estaleiro municipal não têm casa de banho para poder ir à casa de banho, não têm luz para puderem entrar dentro das viaturas quando vão buscar as viaturas do lixo para iniciar o seu trabalho, vamos dar condições de trabalho aos funcionários, vamos lá colocar esses meios para que eles possam ter as condições de trabalho e as viaturas vão ser definitivamente abatidas e enviadas para o mercado rapidamente, se alguém tiver interesse, algumas viaturas vão ser colocadas no mercado para quem quiser. -----

Ao Senhor deputado Guilherme já respondi. -----

Com respeito às Associações este executivo vem dizendo em campanha eleitoral e nós não podemos ser diferentes do que fomos na campanha, não podemos ser diferentes quando estamos cá, e não pode haver nunca uma alteração daquilo que é o discurso, nós entendemos que as Associações locais são o dinamismo local, são elas que dinamizam localmente todas as atividades. É de todo importante que estas Associações tenham as condições inclusivamente financeiras para poder trabalhar mas é também muito importante que os dinheiros públicos sejam gastos de forma altamente criteriosa e, nesse sentido, nós estamos a trabalhar com todas as Associações, uma a uma, no sentido de perceber onde é que efetivamente nos seus planos de atividades está o gasto do dinheiro público, o dinheiro público tem de ser gasto com algum critério e com algum rigor. Garantidamente vamos continuar a apoiar as Associações, sem qualquer dúvida, e naquilo que elas precisarem, vamos é abandonar aquilo que era um hábito que era uma entrega de acordo anual de um valor e depois durante o ano acordos excecionais que, às vezes, dava-me a entender que era quase “venham-me cá pedir mil eurinhos, vá que eu dou, sou bonzinho e até dou”, as Associações têm de ter um plano anual, com base nesse plano anual nós apoiamos financeiramente, no início do ano naturalmente, dividido por alguns meses, os que podem ser, mas as Associações sabem com o que podem contar e não precisam de andar a fazer mais pedidos nem ao Senhor Presidente, nem à Senhora Vereadora, excetuando aquilo que são efetivamente exceções aquilo que não estava previsto nos seus planos. -----

Eu penso ter respondido a todas as questões senão prestarei mais esclarecimentos.

Quanto à questão do Senhor deputado Diogo Lança sobre se há alguma previsão de colocar a urbana em funcionamento, esclareço que os autocarros que faziam a urbana na tomada de posse estavam os dois, aliás estava um avariado o outro avariou na semana em que tomámos posse. -----

Dizer-vos que na oficina municipal que não considero uma oficina, é um alpendre com uma chapa de zinco, chove lá dentro, os mecânicos não conseguem efetivamente fazer trabalho, portanto é mais um local onde os trabalhadores não têm condições dignas de trabalho e dizer aqui neste momento tem lá dentro uma retroescavadora que está a ser reparada tinha o problema dos injetores e tinha lá dentro também um carro do lixo que não se dava conta dele que à partida tem a cambota empenada significa que é mais uma viatura que irá para abate não terá solução. -----

Quanto a estas e viaturas, tomaremos decisão esta semana e entrará uma das viaturas para ser reparada porque pode ser reparada nas nossas oficinas e a seguir entrará a outra e passaremos a ter urbana, é esse o problema”. -----

Não havendo mais pedidos de intervenção, a Presidente da Assembleia colocou à votação as **Grandes Opções do Plano e Orçamento para vigorar no exercício de 2026**, tendo a Assembleia Municipal, por **maioria**, com 13 votos a favor (PSD/PS/UPF), e 10 abstenções (PS) **deliberado**, o seguinte: -----

Aprovar as Grandes Opções do Plano e Orçamento para vigorar no ano de 2026, documentos, estes, que fazem parte integrante do presente texto, e ficam arquivados na pasta anexa, ao presente livro de atas. -----

DECLARAÇÕES DE VOTO: -----

O deputado Francisco Abreu, em nome da bancada do PS, proferiu a seguinte declaração de voto:-----

“Antes de ler a declaração de voto só esclarecer uma coisa em relação ao que o Senhor Presidente disse, antes de mais, posso não me ter exprimido bem, eu não quis deixar a ideia de que o orçamento é irrealista, antes pelo contrário, como referi é que este executivo teve perfeita noção das realidades e, como tal, dotou o orçamento com estas verbas que entendeu necessárias. -----

Feita a apreciação e uma leitura atenta às Grandes Opções do Plano e Orçamento para vigorar em 2026, apresentada pelo atual executivo do Partido Social Democrata, e apesar do valor global deste Orçamento ascender a um total de 30 milhões de euros, a bancada do Partido Socialista acha que é importante referir que não utilizou na sua análise argumentos idênticos aos que senhores deputados municipais do PSD anteriormente utilizaram que para votar contra todas as Grandes Opções do Plano e Orçamento apresentadas pelos executivos anteriores do Partido Socialista, referindo, nomeadamente, que “as propostas de Orçamento apresentadas pelo Partido Socialista eram desproporcionadas e irrealistas, exageradas, os valores alocados a determinadas rubricas eram empolados, as verbas exageradas atribuídas para despesas correntes é estratégia puramente eleitoralista, ...”. Mas não, nós não vamos por aí. -----

E apesar de este Orçamento registar um valor de 2, 5 milhões de euros superior ao Orçamento de 2025, o último do Partido Socialista, porque temos a noção da realidade e das dificuldades que a gestão de um município acarreta, com todo um volume de funções cada vez mais diversificadas, exigentes e complexas, porque temos a noção de que o executivo camarário anterior, tal como o executivo atual, se dota as diferentes rubricas do Orçamento com determinadas verbas, sejam elas de que volume forem, é porque entendem que essas são as verbas necessárias para concretizar as suas opções e as suas prioridades e por estarem confiantes de que as conseguem executar, se não na sua totalidade, pelo menos na sua maioria. Se conseguirão ou não, o tempo o dirá, pois isto é um documento previsional que está sujeito a muitas contingências. -----

Além disso, verificamos que muitas das obras contempladas neste Orçamento são obras que já vinham a decorrer do mandato do Partido Socialista, outras eram projetos que estavam em preparação e outros já prontos a arrancar, e aos quais o atual executivo atribuiu relevância estrutural na Nota de Enquadramento deste documento.-----

Também levámos em devida conta o facto deste executivo camarário estar em funções há pouco tempo, pelo que não estará ainda plenamente integrado nesta nova realidade. -----

Como tal, da parte da bancada do Partido Socialista, e em linha com a votação dos nossos vereadores, e porque não é nossa pretensão assumirmos invariavelmente uma atitude de negação, decidimos dar o benefício da dúvida ao desempenho do atual executivo, optando por nos abstermos na votação final das Grandes Opções do Plano e Orçamento para vigorar no ano de 2026, com a exceção do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de S. Barnabé, pelas razões que facilmente se compreendem.” -----

O deputado Bernardo Delgado, em nome da bancada do PSD, proferiu a seguinte declaração de voto:-----

“Antes de passar à declaração de voto, congratular o Senhor Presidente da Câmara pela apresentação que espelha bem o estado do edificado Municipal para quem não tivesse noção e tivesse dúvidas relativamente a esse respeito. -----

Concretamente e relativamente à declaração de voto dizer que a bancada do PSD vota favoravelmente as Grande Opções do Plano e Orçamento para 2026 mas fá-lo consciente das dificuldades que este executivo enfrenta e enfrentará de futuro. -----

Acreditamos que este orçamento não reflete integralmente a visão que desenhou, como não reflete naturalmente a visão desta bancada e menos ainda dá resposta completa e absoluta aos anseios e necessidades dos munícipes de Almodôvar. -----

Atribuímos, no entanto, esta moção de confiança aos detentores do poder executivo municipal com plena consciência do fardo pesadíssimo herdado do anterior executivo socialista e os compromissos por este assumidos ainda que não executados. -----

Ainda que a continuidade seja característica típica de um processo democrático e é sempre nesse plano que deve ser analisado, devemos de futuro procurar ser mais ambiciosos, este é, portanto, o orçamento não ideal mas o possível atendendo ao contexto.” -----

B.2 - APRECIACÃO E DELIBERAÇÃO SOBRE A PROPOSTA DE MAPA DE PESSOAL DE 2026 E RESPETIVOS ANEXOS:-----

A Presidente da Assembleia iniciou o ponto e elucidou que “O mapa de pessoal é um documento de gestão fundamental que define a estrutura de recursos humanos de uma autarquia, podendo ser melhor compreendido pelos cidadãos como o "planeamento oficial de postos de trabalho" necessários para o município funcionar. -----

Para que a sua importância seja clara e todos os que assistem a esta sessão da Assembleia Municipal, possam compreender, importa destacar os seguintes pontos: ----

- Este documento veio substituir o que antigamente era designado por "quadro de pessoal".-----

- O mapa de pessoal especifica o número de postos de trabalho de que o município necessita para desenvolver as suas atividades ao longo do ano, agrupados por carreiras e categorias profissionais. Acrescento que ele é regulado pela Lei Geral de Trabalho em Funções Públicas (LTFP).-----

- O processo de decisão sobre este documento é partilhado entre os dois órgãos municipais: -----

- Compete à Câmara Municipal (o órgão executivo) elaborar e propor o documento.

- Compete à Assembleia Municipal (o órgão deliberativo) a competência exclusiva de apreciar e aprovar os mapas de pessoal.-----

A discussão do mapa de pessoal na Assembleia Municipal é o momento em que os representantes eleitos fiscalizam se a Câmara Municipal tem os meios humanos adequados para prestar os serviços necessários à população. O que vamos aqui hoje fazer é um ato de transparência e fiscalização, pois permite a todos saber como está a

ser estruturada a máquina administrativa da autarquia e se o recrutamento de novos trabalhadores está alinhado com as necessidades reais do concelho.” -----

De seguida passou a palavra ao Presidente da Câmara Municipal -----

O **Presidente da Câmara** detalhou que “o executivo da Câmara Municipal na questão do mapa de pessoal de 2026 teve em foco 2 coisas que são fundamentais:-----

Primeiro estabilizar algumas carreiras, algumas pessoas que têm vindo aqui há muitos anos a estarem em avenças, recibos verdes, a prestar esse serviço, já estão há 4, 5 ou mais anos a prestar esse serviço e se temos a possibilidade de as colocar tendo em atenção os elementos, o concurso destas pessoas que já vem do anterior executivo, existe uma lista que poderemos escolher essas pessoas e se elas fazem falta nos locais de trabalho, como é o caso das escolas, como é o caso de outras áreas, fazer com que essas pessoas tenham uma estabilidade no local de trabalho fundamentalmente este é um dos aspetos que coloco aqui. -----

O segundo aspeto é a necessidade dos técnicos superiores, especialmente na área da arquitetura, nós precisamos mesmo de ter mais 2 arquitetos na Câmara para fazer face àquilo que é a verificação de projetos e o apoio inclusivamente aos próprios serviços, estamos sempre a comprar projetos a empresas de fora sem a capacidade técnica de podermos fazer nós os nossos próprios projetos e ter com isso algum cuidado naquilo que são os custos depois que vêm em mapa de trabalhos e cadernos de encargos, estar a comprar fora e estar a comprar a arquitetos que estão no mercado e que depois às vezes conhecem outras vezes não conhecem a realidade desses próprios projetos internos e que nós podemos de alguma maneira faze-los à medida daquilo que é as necessidades dos municípios e precisamos desses técnicos.-----

Lembrar também que neste mapa de pessoal carece também de todos os funcionários de acordo com a lei vigente naquilo que é a lei do trabalho público das pessoas que sobem naturalmente nas suas carreiras e que no âmbito do SIADAP tiveram BONS resultados e que sobem nas suas carreiras. Só dar-vos esse entendimento.” -----

A **Presidente da Assembleia** abriu as inscrições para este ponto, tendo-se registado as inscrições dos senhores deputados Bernardo Delgado, Diogo Lança, Tiago Encarnação e Tiago Casimiro.-----

A Presidente da Assembleia deu a palavra ao **deputado Bernardo Delgado** que referiu: “Relativamente ao mapa de pessoal, se calhar nem tanto ao mapa, mas mais ao pessoal, gostava de deixar uma nota sobre uma questão que me pareceu particularmente interessante de analisar nos documentos recebidos. Ao consultar as páginas 4 e 5 do relatório do ROC que vamos discutir mais adiante podemos constatar que os gastos com pessoal ascendem em cerca de 40% da despesa. Pode ainda constatar-se no relatório referido, referente ao 1.º semestre de 2025 o Partido Socialista integrou nos quadros do Município 21 trabalhadores, nesse período um dado curioso em ano de eleições autárquicas. Por outro lado consultamos o portal base e ficamos a saber que o mesmo Partido Socialista celebrou a poucos dias das mesmas eleições autárquicas não menos do que 9 contratos na modalidade de Avença, que totaliza cerca de 30 pessoas num ano.-----

Para que não haja lugar a interpretações falaciosas e erradas esclareço diretamente sem mais perguntas que o PSD não foi, não será contra estas pessoas, nem contra o seu trabalho que deve naturalmente ser remunerado, é sim contra a hipocrisia de determinados comunicados que tendem a fazer passar uma imagem menos correta da equipa que as pessoas escolheram para liderar Almodôvar” -----

Tomou a palavra o **deputado Diogo Lança** que expos o seguinte: -----

“É mesmo neste ponto que o nosso deputado tocou, em relação aos comunicados do Partido Socialista que vem a minha questão. Sobre a nomeação do Chefe de Gabinete do

Presidente da Câmara, importa esclarecer os factos e repor a verdade. Porque é nesta casa é que nós temos de trazer todos os problemas que existem e não nos escondermos nos bastidores e atrás dos ecrãs. -----

Trago este tema a esta Assembleia para o debater olhos nos olhos, cara a cara, como deve ser feito na política séria, responsável e transparente. Não preciso de me esconder atrás de comunicados, nem de redes sociais, nem de quaisquer outros meios indiretos para debater política. Estou aqui, neste espaço próprio, disponível para o debate, para o contraditório e para o esclarecimento, com frontalidade e total transparência. -----

O Chefe de Gabinete já exercia funções no Município, enquanto funcionário público integrado nos quadros da autarquia, não tendo sido contratado ao exterior. Foi apenas designado para o exercício de funções de apoio político, nos termos da lei. Não estamos perante qualquer nova contratação, nem perante favorecimentos. A lei permite que trabalhadores da autarquia exerçam estas funções, e a relação conjugal com uma vereadora, por si só, não configura qualquer ilegalidade, nem viola princípios de imparcialidade ou de transparência. -----

O mesmo se aplica à Secretária do Presidente, que é igualmente funcionária da autarquia, também nomeada dentro do quadro legal. Trata-se de uma prática comum, transparente e perfeitamente legítima. -----

Ainda assim, o Partido Socialista prefere o caminho da insinuação e do ataque político fácil, entrando no ridículo, demonstrando que lhe faz comichão tudo aquilo que este executivo tem vindo a fazer em cerca de 92 dias de governação, sim, apenas cerca de 92 dias desde que tomou posse. -----

Mais grave é a tentativa do Partido Socialista de querer agora apagar o seu próprio passado, como se nada tivesse acontecido. Não foi assim. O PS desgovernou este concelho, e essa é uma realidade conhecida dos munícipes. Recorde-se que o Partido Socialista teve, durante oito anos, um atual deputado que foi Presidente da Mesa da Assembleia Municipal e uma Vereadora, que compactuaram com a degradação do nosso concelho, como vimos na apresentação. Não podem agora surgir como se fossem alheios às decisões tomadas e às consequências desse período. -----

E como se isto não bastasse, vêm ainda levantar dúvidas sobre a contratação de uma Avença para apoio ao Gabinete de Comunicação do executivo, quando o próprio Partido Socialista, enquanto esteve no poder, teve um Chefe de Gabinete e Secretária do Presidente externos à Câmara, pagos com dinheiros públicos. Por não serem funcionários da autarquia, nós não somos contra isso mas vocês é que têm de ter 3 dedos de testa para verem determinados comunicados e tentarem expor posições políticas que por vezes, no meu ponto de vista, são um pouco infelizes. -----

Aquilo que hoje criticam foi prática habitual nos seus mandatos. -----

Esquecem-se ainda de um facto que não pode ser ignorado: no dia 15 de outubro, apenas três dias após as eleições, procederam à contratação de oito assistentes operacionais e de um técnico superior para a Universidade Sénior, o que representou um incremento da massa salarial de 89.454,84 euros. -----

A maioria dessas pessoas eram apoiantes das vossas listas, tendo algumas integrado, as listas do vosso próprio partido. Pergunto então: em que ficamos? -----

É que ao contrário do Partido Socialista este executivo continuará focado no essencial: governar com legalidade, transparência e responsabilidade, trabalhar para recuperar o concelho e devolver confiança às populações. Não aceitamos lições de ética de quem teve oportunidade de fazer diferente e não fez, nem permitirei tentativas de reescrever a história. O tempo do ruído terminou. -----

Agora é tempo de trabalhar.” -----

O PÚBLICO PRESENTE OVACIONOU O DEPUTADO. -----

A Presidente da Assembleia Municipal solicitou ao público que não se manifestasse e que respeitasse o decorrer dos trabalhos deste órgão. -----

Continuando, passou a palavra ao **deputado Tiago Encarnação** que proferiu o seguinte: -----

“Antes de iniciar esta minha intervenção quero apenas, para além de agradecer as boas-vindas ao deputado Tiago Casimiro, registar o meu choque relativamente à sua intervenção, sendo livre de falar como quiser, mas sinto que a mesma intervenção é marcada por um tom agressivo e pouco construtivo, que não se enquadra com este espaço de debate democrático, plural e livre, onde a divergência de opiniões deve existir, mas sempre com elevação, respeito institucional e sentido de responsabilidade.

Já percebi que os comunicados do Partido Socialista agitaram o PSD -----

Agora o meu foco no tema em questão desta minha intervenção: -----

Não posso deixar de manifestar a minha preocupação relativamente às decisões recentes sobre a gestão de recursos humanos neste município. -----

Verificamos que ao trabalhador António Fontinha foi impedida a mobilidade interna, sem que tenham sido devidamente esclarecidos os critérios que sustentam essa decisão. Por outro lado, Gabriel Ramos sofreu mobilidade interna sem qualquer justificação pública num setor sensível, o de proteção de pessoas e bens, numa altura em que as suas competências e responsabilidades eram necessárias e muito importantes para o bem-estar dos munícipes e do nosso concelho! Por fim, mais um outro nome a colaboradora Débora Correia foi contratada por avença, também sem explicações claras.

Esta sucessão de decisões levanta questões legítimas sobre coerência, equidade e transparência. Na prática, dois trabalhadores ligados ao Partido Socialista viram a sua progressão bloqueada, enquanto uma pessoa associada ao PSD foi promovida no seio da autarquia. -----

Não coloco em causa o mérito individual de nenhum dos envolvidos. O que está em causa é a perceção de justiça e a confiança que os trabalhadores e os munícipes depositam nas decisões desta Câmara. A gestão de recursos humanos deve assentar em critérios objetivos, claros e iguais para todos, e não em opções que possam ser interpretadas como politicamente orientadas. -----

Assim, deixo três questões concretas: -----

1. Quais foram os critérios utilizados para permitir a mobilidade interna num caso e recusá-la noutro? -----

2. Porque se optou por uma contratação por avença quando existem trabalhadores internos disponíveis? -----

3. Que garantias pode dar o Executivo de que estas decisões não são influenciadas por critérios partidários? -----

Transparência não é um favor — é uma obrigação democrática que sustenta a confiança na administração pública.” -----

Para finalizar usou da palavra o **deputado Tiago Casimiro** que disse “Senhor deputado Tiago Encarnação em choque estou eu com os investimentos que foram perdidos para investir no concelho.” -----

No uso da palavra o **Presidente da Câmara** começou por responder ao deputado Tiago Encarnação referindo: “se calhar não teve acesso aos documentos, são públicos, quaisquer das 3 questões que falou, das 3 pessoas que falou, houve um Despacho que especificava concretamente o porquê das alterações. -----

São coisas muito pessoais, mas o Despacho é muito concreto e eu também posso referir no caso da mobilidade que foi feita pelo executivo anterior já no final do seu mandato do colaborador António Fontinha e que não é nada de pessoal em nenhuma das pessoas, como não tem sido até aqui em nenhuma pessoa da Câmara, temos conseguido trabalhar com todos, naturalmente, os executivos vão tomando decisões de acomodar os recursos humanos nos critérios que entende serem os melhores para o

desenvolvimento das suas políticas, por isso é que compete ao Presidente da Câmara a gestão dos recursos humanos da autarquia. No caso concreto do funcionário António Fontinha a mobilidade para Assistente Técnico foi feita para a ASA, a ASA é um equipamento que funciona autonomamente, não precisa de funcionário, nós não precisamos de um funcionário, funciona autonomamente, foi desenhado para trabalhar de forma autónoma sem funcionário nesse espaço e é isso que está explícito não tem nada a ver com a sua escolha política, nem com ele nem com ninguém. -----

Na questão do Técnico Superior Gabriel Ramos que estava na área de Proteção Civil, como disse, também faz falta nessa área e muito bem, mas ele foi alocado na área que tem a ver mais com a sua qualificação profissional que é a saúde pública portanto, nós estamos a colocar os funcionários naquilo que entendemos ser melhor para eles próprios na área técnica que eles executam e naquilo que entendemos que será o melhor para o próprio município.-----

Quando se fala da colaboradora, que não é colaboradora é uma avença, Débora Correia não foi colocada nenhuma questão especial, foi uma avença que nós temos o direito de contratar e que, respondendo, não por ser do PSD, nunca, mas por ser uma pessoa que vai ajudar especificamente naquilo que está definido no contrato daquela avença que tem a ver com o apoio na área, em complemento àquilo que são os funcionários que estão no município, que entendi não ser suficiente e aí cumpre-nos a nós essa resposta. -----

Lembrar também aquilo que o Presidente da Junta de Almodôvar, o Senhor deputado Diogo Lança colocou, no que respeita às nomeações políticas que são um direito do executivo e principalmente algumas, caso não saibam, são do Presidente da Câmara e outras são do executivo. -----

A questão do Chefe de Gabinete é uma decisão individual do Presidente da Câmara é o Presidente da Câmara que escolhe o seu Chefe de Gabinete. -----

A questão da relação que nós escolhemos as pessoas políticas já foi explicado ao Senhor deputado Diogo, mas eu volto a esclarecer, a tentativa é sempre a diminuição dos custos e daí termos ido buscar técnicos à autarquia que entendemos ser altamente competentes para o desempenho daquela missão e só efetivamente o Adjunto é que fomos buscar ao mercado, fomos buscar pessoas que estão cá fora, e naturalmente político, estamos a falar da área política da Câmara são os Vereadores, o Chefe de Gabinete, a Secretária e o Adjunto.” -----

Findas as intervenções, a Presidente da Assembleia colocou à votação a Proposta n.º 07/2026, tendo a Assembleia Municipal por **maioria**, com 12 votos a favor (PSD/UPF), e 11 abstenções (PS), **deliberado:** -----

Aprovar o MAPA DE PESSOAL do Município de Almodôvar para vigorar no ano de 2026, e respetivos anexos, elaborado nos termos do disposto no artigo 28.º, da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na sua atual redação, cujo original se anexa como parte integrante desta Proposta e fica arquivado na Câmara Municipal. -----

Questionados sobre se haveriam declarações de voto, nenhum, deputado se manifestou.-----

Considerando que a ordem de trabalhos era extensa, a Presidente da Assembleia Municipal questionou o plenário se aceitavam fazer um intervalo de 10 minutos, a que todos anuíram. -----

FOI FEITO UM INTERVALO DE 10 MINUTOS -----

Após o regresso do intervalo, a deputada Helena Barão dirigiu-se à mesa da Assembleia referindo que se tinha esquecido de proferir a Declaração de voto sobre ponto anterior e pediu autorização para a fazer. A Presidente da Assembleia Municipal depois de falar com a mesa decidiu autorizar, com a ressalva de que é um ato isolado e

que não se deve repetir.-----

DECLARAÇÃO DE VOTO referente ao ponto B.2 - apreciação e deliberação sobre a proposta de mapa de pessoal de 2026 e respetivos anexos:-----

A deputada Helena Barão, em nome da bancada do PS, proferiu então a seguinte declaração de voto:-----

O ponto que agora discutimos, relativo ao Mapa de Pessoal do Município, é um dos instrumentos mais relevantes da gestão autárquica, pois dele dependem não só a organização interna dos serviços, mas também a capacidade do município para responder, com eficácia e proximidade, às necessidades dos munícipes.-----

O Mapa de Pessoal não é um documento meramente técnico ou administrativo. É, acima de tudo, um documento estratégico, que reflete opções políticas claras sobre prioridades, modelo de funcionamento da autarquia e utilização dos recursos públicos, com um impacto direto na sustentabilidade financeira do município e na qualidade dos serviços prestados à população.-----

E precisamente por reconhecermos essa importância que entendemos dever intervir neste ponto, enquadrando a posição que iremos assumir na sua votação. -----

Desde logo importa sublinhar que esta abstenção não representa uma oposição cega, nem tão pouco uma desvalorização do trabalho técnico desenvolvido pelos serviços municipais. Reconhecemos a importância do planeamento dos recursos humanos e a necessidade de assegurar o normal funcionamento da autarquia. -----

Contudo, não podemos deixar de manifestar reservas sérias quanto à orientação estratégica subjacente ao documento que nos é apresentado. -----

O Mapa de Pessoal, agora proposto prevê um aumento muito significativo dos encargos com pessoal com uma despesa que ascende a 8,8 milhões de euros, um valor substancialmente superior ao verificado no ano de 2024. Este acréscimo merece no nosso entendimento, uma reflexão mais aprofundada, sobretudo num concelho com as características demográficas, económicas e financeiras de Almodôvar.-----

Mais preocupante ainda é o facto de este acréscimo resultar em grande medida, da opção pela contratação de técnicos superiores em detrimento de um investimento mais equilibrado e estruturado nos assistentes operacionais.-----

Entendendo que são precisamente os operacionais que asseguram no dia-a-dia, serviços essenciais à população: a higiene urbana, a manutenção de espaços públicos, o apoio às escolas, a logística municipal e a proximidade efetiva com os munícipes. A escassez destes recursos humanos é sentida terreno e tem impacto direto na qualidade do serviço público prestado. -----

Não colocamos em causa a importância dos técnicos superiores nem do seu contributo para a modernização e qualificação da administração local. O que questionamos é a prioridade atribuída, num contexto em que falta de mãos para executar, manter e responder de forma célere às necessidades básicas do concelho.-----

A dotação de 150.0000 euros para o programa MAIS leva igualmente a questões fundamentais: quantos contratos estão previstos, para que Funções e para responder a que necessidades efetivas dos serviços Municipais? Sem esta clarificação, esta verba corre o risco de ser percecionada como mais um instrumento de contratação pouco transparente, em contradição com o discurso de reorganização e racionalização da estrutura municipal.-----

Assim a nossa abstenção traduz uma posição de responsabilidade e coerência: não rejeitamos o documento, mas também não o podemos aprovar sem reservas, por consideramos que o mesmo não reflete o equilíbrio desejável entre sustentabilidade Financeira, necessidade operacionais e interesse público.-----

Esperamos que, em futuros Mapas de pessoal, o executivo municipal possa ponderar esta abordagem mais equilibrada, valorizando os recursos humanos e todas as suas

dimensões e ajustando o crescimento da despesa à realidade e às prioridades do concelho.”-----

B.3 - APRECIACÃO E DELIBERAÇÃO SOBRE A PROPOSTA DE PLANO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL PARA O ANO DE 2026;-----

Retomando a sessão, a **Presidente da Assembleia** introduziu o tema e aclarou que “o Plano de Formação e o diagnóstico das necessidades constituem instrumentos essenciais de gestão de recursos humanos e de capacitação institucional na administração local e em entidades públicas relacionadas.”-----

O diagnóstico consistiu na identificação prévia das lacunas de conhecimento e competências que devem ser supridas aos funcionários da nossa câmara municipal. Após este diagnóstico, o documento aqui apresentado vem também propor o orçamento necessário e um plano de frequência das ações de formação consideradas adequadas para satisfazer essas necessidades, salvaguardando sempre o direito à autoformação de cada um”-----

De seguida passou a palavra ao Presidente da Câmara para esclarecer sobre a matéria.-----

O **Presidente da Câmara** disse que “o esclarecimento é muito curto, faz parte de um diagnóstico dos próprios funcionários da autarquia que depois os recursos humanos fazem a compilação, sempre com vista ao crescimento técnico, sempre com vista também ao crescimento individual de cada um dos colaboradores e no sentido de criar uma estrutura funcional profissional e de elevado conhecimento, naturalmente com o fim de melhorar o serviço público”.-----

A **Presidente da Assembleia** abriu as inscrições para este ponto, não se tendo registado qualquer inscrição por parte dos deputados municipais.-----

Estando o plenário elucidado e não havendo pedidos de intervenção, a **Presidente da Assembleia** colocou a PROPOSTA Nº 08/2026 à votação, tendo a Assembleia Municipal, **por unanimidade**, com 23 votos a favor (PS/PSD/UPF) **deliberado:**-----

Aprovar a proposta de Plano de Formação Profissional para o ano de 2026 e respetivos encargos associados.-----

DECLARAÇÕES DE VOTO:-----

A deputada Filipa Ramos, em nome da bancada do PS, proferiu a seguinte declaração de voto:-----

“A bancada do Partido Socialista na Assembleia Municipal de Almodôvar declara o seu voto favorável ao Plano de Formação do Município de Almodôvar reconhecendo a relevância estratégica deste instrumento para a valorização dos recursos humanos municipais e para a melhoria contínua do serviço público prestado à população.-----

O Plano de Formação apresentado evidencia uma abordagem estruturada coerente e alinhada com as reais necessidades do município, refletindo uma aposta clara na capacitação, na modernização administrativa e no reforço das competências técnicas e pedagógicas dos trabalhadores.-----

A bancada do Partido Socialista considera de destacar o trabalho desenvolvido no município de Almodôvar nomeadamente através da Divisão Administrativa e Financeira e do setor da Educação, cujo empenho e rigor têm permitido consolidar uma política de formação sólida e sustentável.-----

É igualmente de sublinhar com particular apreço, o facto de o município de Almodôvar ser entidade formadora certificada desde o ano 2023, reconhecimento que atesta a qualidade dos processos formativos, o cumprimento dos referenciais legais e normativos e o compromisso com a melhoria contínua e excelência organizacional.-----

Sendo também uma referência para trabalhadores de concelhos vizinhos.-----

A bancada do Partido Socialista entende que este Plano de Formação contribui de forma decisiva para a eficiência dos serviços municipais, para a motivação dos trabalhadores e para o desenvolvimento sustentável do concelho de Almodôvar. -----

Assim, pelos motivos expostos o nosso voto favorável enaltecendo o trabalho realizado, reafirmando o seu apoio a políticas públicas que promovam a qualificação, a inovação e a qualidade na administração local.” -----

O deputado Bernardo Delgado, em nome da bancada do PSD, proferiu a seguinte declaração de voto:-----

“O sentido de voto da bancada do PSD relativamente a esta matéria reflete-se no facto do PSD considerar responsável este Plano de Formação, que o Mapa de Pessoal veio resolver a situação de pessoas que estavam num contexto de precariedade e que foram deixadas pelo executivo do Partido Socialista e, portanto, este Plano de Formação aponta para a capacitação de funcionários da autarquia de forma a responder aos desafios que se impõem de futuro.” -----

B.4 - CONHECIMENTO SOBRE A ATUALIZAÇÃO DAS TAXAS E OUTRAS RECEITAS MUNICIPAIS CONSTANTES NA TABELA ANEXA AO REGULAMENTO DE LIQUIDAÇÃO E COBRANÇA DE TAXAS E OUTRAS RECEITAS MUNICIPAIS, PARA VIGORAR NO ANO ECONÓMICO DE 2026: -----

A **Presidente da Assembleia** deu início ao Ponto da Ordem de Trabalhos e de imediato questionou o Presidente da Câmara se queria prestar algum esclarecimento sobre a matéria. -----

O Presidente da Câmara **referiu** “não há nenhum esclarecimento além daquilo que está definido no documento que é efetivamente os 2.2% com que foram atualizadas as taxas tendo em atenção a média que foi disponibilizada pelo INE para essa atualização, não foi efetuado nem mais nem menos do que aquilo que era uma obrigação legal.” -----

A **Presidente da Assembleia** abriu as inscrições para este ponto, não se tendo registado qualquer inscrição por parte dos deputados municipais.-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento do documento em apreço.-----

B.5 - CONHECIMENTO DO RELATÓRIO SEMESTRAL DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS SOBRE A INFORMAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA DO MUNICÍPIO - 1.º SEMESTRE DE 2025: -----

A **Presidente da Assembleia** introduziu o Ponto em debate e de imediato questionou o Presidente da Câmara se pretendia introduzir esta matéria.-----

O **Presidente da Câmara** explicou que “o relatório é do 1.º semestre de 2025, o relatório informa contabilisticamente e aí contabilisticamente nós entendemos que não há nada a referir, não estamos a falar de gestão, estamos a falar de contabilidade. No documento, o que nele vem referido é que há uma necessidade extrema do município regularizar, mas isso já vinha também dito em 2025, no final do ano regularizar aquilo que são situações relacionadas com o imobilizado, portanto, projetos que temos em curso, vários projetos que temos em curso há anos e que possivelmente já não se vão fazer, projetos de execução que também estão e que todo o imobilizado precisa de algum trabalho. Efetivamente nesse setor da Câmara Municipal o número de funcionários é muito curto, iremos tentar, e verificar também o quê que vem dizer o relatório no 2.º semestre de 2025 mas, já estamos a tentar nessa parte, melhorar aquilo que é a nossa responsabilidade para com a contabilidade pública.” -----

A Presidente da Assembleia abriu as inscrições, tendo-se inscrito o **deputado Bernardo Delgado** que de imediato tomou a palavra e referiu: -----

“Além da questão do imobilizado suscitou-me a questão acerca do relatório do ROC referente ao 1.º semestre de 2025 onde o alerta que consta na folha 20 do respetivo relatório e que passo a ler “ alertamos que a taxa de execução da receita se apresenta inferior a 85% durante, pelo menos, 2anos seguidos (79% em 2023 e 88% em 2024) implica que ao fim do segundo ano consecutivo se despoleta o alerta precoce de desvios, previstos no n.º 3 do art.º 56.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.” Isto significa que à semelhança daquilo que tem sido sempre referido pela bancada do PSD, os orçamentos estão abaixo daquilo que seria a sua execução ideal e, portanto, manifesto preocupação por esse aspeto e alerta nesse sentido.” -----

Em resposta o **Presidente da Câmara** disse que “o esclarecimento neste sentido é uma preocupação que nós temos e constatamos não ainda oficialmente, porque não temos o relatório do final do ano, que efetivamente a percentagem de orçamento executado respeitante a 2025 pelo segundo ano consecutivo vai ficar abaixo dos 85% o que poderá vir a ser preocupante naquilo que a DGAL define e a Direção Geral do Orçamento define também como os mínimos, considerando-se o desvio do orçamento elevado quando ele pelo menos não tem 85% da sua execução. Está muito próximo daí não posso de alguma maneira colocar ainda essa preocupação sem ter os dados finais.” -

A Assembleia Municipal tomou conhecimento do documento em apreço.-----

B.6 - CONHECIMENTO SOBRE O TEOR DAS DECLARAÇÕES, INFRA DISCRIMINADAS, EMITIDAS NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA B) DO N.º 1 DO ART.º 15 DA LEI N.º 8/2012, DE 21 DE FEVEREIRO, ALTERADO PELA LEI N.º 22/2015, DE 17 DE MARÇO, -----

- **COMPROMISSOS PLURIANUAIS A 31.12.2025;** -----
- **PAGAMENTOS EM ATRASO A 31.12.2025;** -----
- **RECEBIMENTOS EM ATRASO A 31.12.2025;**-----

A **Presidente da Assembleia** introduziu a epígrafe e esclareceu o seguinte: -----

“A Declaração de Compromissos Plurianuais Existentes é um documento contabilístico e de transparência que identifica todas as obrigações financeiras assumidas pelo Município cuja liquidação se estende por mais de um ano económico.----

Para que os munícipes e os deputados compreendam a sua natureza e importância na Assembleia Municipal, deixo a nota de que este documento reflete a soma de todos os encargos que a Câmara Municipal já contratualizou para o futuro, tais como contratos de prestação de serviços de longa duração, parcerias público-privadas ou empréstimos bancários... O seu objetivo é garantir que o Município não assume despesas sem ter a devida sustentabilidade financeira para os anos seguintes...-----

A Declaração de Pagamentos em Atraso é um documento obrigatório que integra a informação escrita do Presidente da Câmara Municipal a ser apresentada periodicamente perante a Assembleia Municipal. -----

Tal como o nome indica este documento contém, de forma clara, o saldo e o estado das dívidas assumidas e já vencidas a fornecedores. Ou seja, indica quanto dinheiro a Câmara deve a empresas ou prestadores de serviços e cujas faturas já passaram o prazo de pagamento. -----

A Declaração dos Recebimentos em Atraso, falamos de um documento contabilístico e de transparência que, ao contrário do anterior, identifica todos os valores e receitas que o Município tem o direito de receber, mas que ainda não foram pagos por terceiros dentro dos prazos estabelecidos. -----

Para que aqueles que nos estão a acompanhar compreendam este documento, ele detalha as verbas que "estão na rua", ou seja, dinheiro proveniente de taxas (como por exemplo pagamento de água), impostos municipais (como IMI ou Derrama), rendas de património municipal ou preços de serviços prestados pela autarquia que ainda não entraram nos cofres municipais.” -----

Continuando, solicitou ao Presidente da Câmara que prestasse alguns esclarecimentos.-----

O **Presidente da Câmara** explicou que “o documento reveste efetivamente que foram cumpridos aquilo que era definido, os compromissos plurianuais estão registados.-----

Não existem pagamentos em atraso tendo em atenção que nenhuma fatura já ultrapassou o seu prazo e não foi paga, efetivamente não foram pagas na totalidade a dívida que existia a 31 de dezembro, mas por questões perfeitamente operacionais da parte da Tesouraria que não conseguiram efetuar os pagamentos até ao último dia do ano, houve algum atraso ali na parte da Tesouraria.-----

Dizer-vos ainda com respeito aos recebimentos em atraso está tudo naturalmente registado, mas demonstro alguma preocupação e principalmente no setor daquilo que tem a ver com as contas da água dos municípios reveste-se aqui de alguma preocupação. Preocupação porque há uma prática comum de não cortar a água a quem não paga, existe essa prática comum, existe uma prática comum de alguns municípios já não pagarem porque sabem que não vai ser cortada a água. Existe uma dívida muito grande de água à Câmara Municipal, água essa que a própria Câmara Municipal está a pagar mais cara às Águas do Alentejo do que aquilo que cobra aos próprios municípios.-----

Existe uma indicação legal de que nós teremos de fazer algumas atualizações das taxas da água, é uma obrigação legal, não é uma necessidade municipal para ter mais receita mas já dei indicação nos serviços municipais e penso que todos já receberam alguma informação em casa com a última fatura da água, em que o município vai passar a avaliar com muito cuidado as falhas dos pagamentos dos contratos da água e fazer o corte a quem não o faz, garantindo sempre a quem não o faz por não ter condições financeiras. Dei indicações no serviço para aquelas famílias que efetivamente não estão a conseguir cumprir o pagamento da água por questões puramente de dificuldade financeira serão avaliadas pela Ação Social da Câmara e naturalmente não vamos cortar a água. Não tem é lógica que existam restaurantes, como existiu um em Almodôvar que esteve a trabalhar 9 meses sem que lhe tivesse sido cortada a água, sem ter nunca pago uma fatura de água e não é lógico que existam faturas de água com mais de 4, 5, 6 anos que já encerraram o contador e que nunca lhes foi cobrada aquela água e nem sequer sabem quem essas pessoas são, isto tem de ser regularizado e tem de se ter aqui algum rigor, estamos a falar de dinheiros públicos, já estamos a cobrar abaixo daquilo que pagamos pelo menos temos que receber aquilo que cobramos.”-----

A **Presidente da Assembleia** abriu as inscrições, tendo-se inscrito o deputado Diogo Lança.-----

No uso da palavra **deputado Diogo Lança**, expos o seguinte:-----

“Relativamente a este ponto, verificamos que o município apresenta um montante global de cerca de 228 mil euros que, pela sua dimensão, merece um esclarecimento mais detalhado por parte do executivo.-----

Nesse sentido, gostaria de questionar a que tipo de dívidas corresponde este montante, se é somente água, ou não, solicitando a sua discriminação, nomeadamente:--

- Qual a parcela relativa a receitas tributárias, como IMI, IMT ou derrama; -----
- Que montantes dizem respeito a taxas municipais, rendas, concessões ou serviços prestados;-----
- Qual o peso das multas e coimas incluídas neste valor; -----
- E se existem verbas a receber provenientes de transferências ou participações de outras entidades, públicas ou privadas.-----

Importa igualmente perceber a antiguidade desta dívida, ou seja, há quanto tempo estes valores se encontram por cobrar, que parte é dívida recente e que parte é dívida vencida há vários anos, bem como que montantes são considerados de difícil cobrança ou em risco de prescrição.-----

Por último, questiono que procedimentos de cobrança e acompanhamento estão a ser adotados pelo executivo para recuperar estes cerca de 228 mil euros e se existe uma estratégia definida para reduzir este valor e evitar que a dívida continue a acumular-se no futuro. -----

Estes esclarecimentos são fundamentais para garantir transparência, rigor na gestão financeira e uma correta avaliação da situação económica do município.” -----

Em resposta o **Presidente da Câmara** disse “Senhor deputado peço desculpa, mas não vinha com esses totais da dívida separados, penso que não há nenhum mapa atualizado de dívida de acordo com o que me está a pedir. Tenho todo o gosto em promovê-lo junto dos serviços, mas a dívida são estas folhinhas que aqui estão, grande parte dela tem a ver com água e saneamento mas existem aqui outras dívidas também de montante superior mas não tenho essa informação para lhe dar tão concreta como me pediu mas terei todo o gosto em fornecer-la como é lógico”.-----

B.7 - APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA.-----

Proseguindo, a **Presidente da Assembleia** colocou à votação a minuta da ata da sessão, a qual contém as deliberações tomadas na rubrica da Ordem do Dia, tendo a mesma sido aprovada, **por unanimidade**, com 23 votos a favor (PS, PSD,UPF). -----

A **Presidente da Assembleia** disse que “antes de dar por encerrada esta Assembleia quero deixar um agradecimento a todos os deputados, mais uma vez, pela presença a um dia de descanso. -----

Brevemente vamos ter nova Assembleia, a minha tentativa fica já esta nota, que já seja a 1.ª Assembleia descentralizada, será comunicado e falado com os líderes de bancada que depois convocarei para alinharmos juntamente. -----

Só queria deixar, porque as questões são pertinentes e são públicas, uma nota. O IPMA prevê um período prolongado de chuva a partir deste domingo e durante também a próxima semana todo o território continental está novamente em alerta sobretudo nas regiões do Norte e Centro que já foram amplamente devastadas, como aqui também já foi falado. Estão previstos períodos de chuva e ocasionalmente de granizo acompanhadas de trovoadas. Tendo isto em consideração peço a todos por favor que tenham as devidas precauções.-----

Aproveito também para fazer aqui um apelo, que no fundo está a ser público, que é um movimento que se gerou - *Almodôvar solidário* - e que está a solicitar que a população se una para ajudar as populações do Centro do País com bens necessários como por exemplo rolos de plástico preto, lonas, telhas, tijolos, cimento, areia, luvas de construção, produtos de higiene, bens alimentares. Quem estiver disposto e disponível para ajudar pode fazer chegar esses bens à loja “*Luís Sousa e Irmão*” até à próxima segunda-feira por volta das 18:30 horas para que sejam os bens todos levados para cima. -----

Senhor Presidente quer acrescentar algo em relação a isto?” -----

O **Presidente da Câmara** anuiu e disse que tinha 2 situações: -----

“Primeiro dizer que a próxima Assembleia já pode ser nos paços do concelho, já será na sala de sessões, já terminamos a obra e já foi retirado de lá tudo. -----

Mas no que respeita aquilo que a Senhora Presidente estava a referir poderá haver aqui a possibilidade de ser até terça-feira, significa que ainda não será segunda-feira que vai para cima tendo em atenção que este movimento de Almodôvar está a fazer algum burburinho em concelhos vizinhos como é o caso do concelho de Aljustrel e de Beja e particulares no Algarve que se querem juntar a este nosso transporte e já temos inclusivamente um empresário que vai oferecer o transporte, um semirreboque o que é naturalmente mais barato e todos teremos esta possibilidade de apoiar até terça-feira ao final do dia. -----

Quem quiser também apoiar de forma financeira acho que as 2 voluntárias também disponibilizaram isso para que se compre um rolo por exemplo de plástico em vez de estar a comprar 10 metros ou 15 metros de plástico, é como as pessoas entenderem. ----

Sermos solidários é importante, hoje eles amanhã nós, esperemos que assim seja. ---

Muito possivelmente irá mesmo sair daqui pelo menos uma equipa de motosserras para apoiar, neste caso, o Pombal." -----

A **Presidente da Assembleia, disse ainda** “fica esta nota e este apelo a que haja da parte da nossa comunidade porque cada gesto conta. -----

Mais uma vez agradeço a todos vós pela vossa presença, a todas as pessoas que nos estiveram a ver online, desejo-vos a todos um excelente fim-de-semana.” -----

FECHO: Finda a ordem de trabalhos, e nada mais havendo a tratar, nos termos do Regimento e da alínea c), do n.º 1, do art.º 30º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, a **Presidente da Assembleia Municipal** deu a sessão por encerrada, eram **dezanove horas e cinco minutos**, do dia 31 de janeiro de 2026. -----

Para constar e para os fins consignados no n.º 1, do artigo 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, se lavrou a presente ata da sessão. -----

Os anexos à ata dão-se aqui como reproduzidos e ficam apensos ao presente livro de atas. -----

E eu, **Marta Isabel Moreira Barôa David Tomé**, primeira secretária da Assembleia Municipal, a redigi e subscrevo. -----